



**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**LUZENIR QUEIROZ**

**RU: 2823862**

**O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA  
DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO**

**REDENÇÃO - PA  
2023**

**LUZENIR QUEIROZ**

**O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA  
DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso – OTCC, do curso de bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Profa. Me. Adriane do Rocio de Oliveira Viana Pucci

**REDENÇÃO - PA**

**2023**  
**LUZENIR QUEIROZ**  
**RU: 2823862**

**O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA  
DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER / Curitiba-PR, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Nome do professor – instituição

---

Nome do professor – instituição

---

Nome do professor - instituição (orientador)

Dedico este trabalho a minha mãe, pelo esforço, apoio, dedicação e incentivo aos estudos, a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste sonho e principalmente a Deus por me conceder a bênção da existência e sabedoria para a conclusão deste curso.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família, aquela que é à base de tudo e se constitui minha existência.

Agradeço especialmente a minha mãe que foi a primeira pessoa, também a mais importante, que lutou pelo meu direito a educação, aquela justa e de qualidade.

Agradeço também os professores que durante todo o percurso da faculdade, através da sua competência profissional, deixaram uma contribuição inestimável a minha formação acadêmica.

Agradeço aos amigos que encontrei e me identifiquei na faculdade, o meu mais sincero obrigado, vocês me incentivaram e me proporcionaram alegrias diversas. Tenho certeza de que sem a amizade de vocês durante nesses anos de faculdade seriam os mais difíceis, também menos alegres, amo vocês.

Agradeço a meu orientador, que em todo o momento me manteve tranquilo, mostrando que eu seria capaz e me orientando academicamente para que esse trabalho se tornasse concreto.

Agradeço a minha supervisora de estágio, que me recebeu de forma maravilhosa no campo de estágio e me proporcionou grandes momentos de aprendizado e amadurecimento acadêmico.

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso abordará o tema Serviço Social e a Política de Educação, a fim de compreender sobre a atuação do trabalho do assistente social no cenário educacional. Tem como objetivo geral conhecer sobre a atuação do Assistente Social e a importância da inserção do profissional em Serviço Social para efetivação de direitos na educação. Para o desenvolvimento do estudo será utilizado o método de pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa de caráter descritivo. Discutir a perspectiva educacional e suas características do ambiente escolar é primordial e necessário, porque seus reflexos intervêm nas relações da comunidade e da família rebatendo na rotina escolar. As Políticas Públicas ocasionam um conjunto de inovações na política de promoção e defesa de direitos, direcionadas a proteção infantil e adolescente, apresentam relevantes necessidades de transformações na convivência acadêmica e familiar, no convívio com as políticas públicas de proteção social, institucionais sócios jurídicos e nas relações sociais como um integralmente. Exigem-se também no que diz respeito ao conteúdo, a metodologia e à gestão de sua concretização, novas ferramentas, ferramentas institucionais, conhecimentos e recursos compatíveis e aptos de oferecer suporte para as transformações e inovações conceituais previstas nas legislaturas vigentes. Considerando que o espaço escolar além de incluir enormes expectativas conforme ao aprendizado dos educandos, integra ainda a tarefa de formação de valores e relações éticas, pois aos colégios não são instituições isoladas do âmbito social. Muito ao contrário, os valores da comunidade refletem na cultura educacional da mesma maneira que estes exercitados dentro do colégio auxiliam para descobrir novas estratégias relacionadas aos desafios contidos no dia a dia dos indivíduos. Nessa perspectiva, este presente trabalho teve o intuito de reconhecer a inserção do Assistente de Serviço Social nas Políticas de Educação.

**Palavras-chave:** Serviço Social, Políticas de Educação, Escola e Família.

## ABSTRACT

This course conclusion work will address the theme Social Service and Education Policy, in order to understand the role of the social worker in the educational scenario. Its general objective is to know about the performance of the Social Worker and the importance of the insertion of the professional in Social Work for the realization of rights in education. For the development of the study, the method of bibliographic research will be used, with a qualitative approach of descriptive character. Discussing the educational perspective and its characteristics of the school environment is essential and necessary, because its reflexes intervene in the relationships of the community and the family, reflecting on the school routine. Public Policies bring about a set of innovations in the policy of promotion and defense of rights, aimed at child and adolescent protection, present relevant needs for transformations in academic and family coexistence, in the coexistence with public policies of social protection, institutional, legal partners and in the social relationships as a whole. With regard to the content, methodology and management of its implementation, new tools, institutional tools, knowledge and resources that are compatible and capable of offering support for the transformations and conceptual innovations foreseen in the current legislatures are also required. Considering that the school space, in addition to including enormous expectations according to the learning of the students, also integrates the task of forming values and ethical relationships, since schools are not isolated institutions from the social sphere. On the contrary, the values of the community reflect in the educational culture in the same way that these exercised within the school help to discover new strategies related to the challenges contained in the daily lives of individuals. From this perspective, this present work aimed to recognize the insertion of the Social Work Assistant in Education Policies.

**Keyword:** Social Work, Education Policies, School and Family

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPESS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço social
CEAS	Centros de Estudos e Ação Social
CEP	Código de Ética Profissional de 1993
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselhos Regionais de Serviço Social
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura.
NOB	Norma Operacional Básica
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PEPSS	Projeto Ético Político do Serviço Social
PNE	Plano Nacional de Educação
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO E POLÍTICA SOCIAL .....</b>	<b>12</b>
2.1. ASPECTOS HISTÓRICOS DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL .....	12
2.2. LEIS EDUCACIONAIS Á PARTIR DA CF 1988 .....	14
<b>3. COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.....</b>	<b>19</b>
3.1. FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL .....	20
3.2. SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO .....	25
3.3. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA COMO UM DIREITO SOCIAL .....	36
<b>4 POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA NA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR .....</b>	<b>46</b>
4.1. AS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL NO ÂMBITO ESCOLAR .....	46
4.2. CONTRIBUIÇÕES PARA A PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA ESCOLAR .....	53
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso abordará o tema Serviço Social e a Política de Educação, a fim de compreender a seriedade do trabalho do assistente social no cenário educacional.

Sendo que o papel do Assistente Social é conhecer o território escolar que está inserido. Elaborando relatórios sociais, prestar orientações sobre a concessão de benefícios socioassistencial disponível para os alunos e seus responsáveis, bem como, encaminhar a população para acesso da rede de serviços existentes dentro da Administração Pública e das instituições privadas.

Ressalta-se que o profissional de Serviço Social inserido na escola não substitui os profissionais da área, mas o assistente social atua subsidiando e auxiliando os profissionais a enfrentarem as múltiplas expressões da questão social que se apresentam no cotidiano do trabalho. Ele atua também junto às equipes interdisciplinares, em que os inúmeros saberes unidos às diversas formações profissionais, permitem uma visão mais ampla em torno dos mesmos processos sociais. Dessa maneira, o assistente social pode articular projetos efetivos, resgatando a visão da integralidade humana e do verdadeiro significado do conhecimento. O problema abordado na presente monografia é: qual a importância da atuação do assistente social no espaço sócio-ocupacional da educação escolar?

A presente Monografia tem como objetivo geral compreender a importância da atuação do assistente social no espaço sócio-ocupacional da educação escolar. Os objetivos específicos são: Apontar os aspectos conceituais e históricos da Educação como Direito e política social; Descrever as competências e atribuições do Assistente Social na Política de Educação; Compreender os as possibilidades e os desafios encontradas para a atuação profissional do Assistente Social na Escola na prevenção e enfrentamento da violência escolar.

Justifica-se a escolha desse tema pelo fato da inserção do Serviço Social no âmbito escolar contribuir para que os indivíduos se tornem pessoas conscientes e sujeitos da sua própria história.

Sendo que o papel do Assistente Social é conhecer o território escolar que está inserido. Desenvolvendo ações relacionadas à elaboração de relatórios sociais, orientações sobre a concessão de benefícios socioassistencial disponível para os alunos e seus responsáveis, bem como, encaminhar a população para acesso da

rede de serviços existentes dentro da Administração Pública e das instituições privadas.

Ressalta-se que o profissional de Serviço Social inserido na escola não substitui os profissionais da área, mas o assistente social atua subsidiando e auxiliando os profissionais a enfrentarem as múltiplas expressões da questão social que se apresentam no cotidiano do trabalho.

Quanto ao método empregado nesta pesquisa, utiliza-se o método de pesquisa baseada na teoria crítica marxista. Segundo (BUENO, 2003, p. 23) “A Teoria Crítica se revela um instrumento importante para a análise educativa por nos apresentar o processo histórico de constituição da razão em sua dialética.” O método crítico dialético procura uma perspectiva relacional entre sujeito e objeto. Dessa maneira os fenômenos são estudados com base na ideia de totalidade para ser revelado o processo contraditório e complexo no qual se constitui o objeto, sempre tendo como perspectiva o contexto em que este está inserido.

Para o desenvolvimento do estudo será utilizado a metodologia de pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa de caráter descritivo. A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002, p. 32) “é realizada a partir do levantamento de referências teóricas que já foram analisadas, e publicadas mediante escritos e eletrônicos”. O levantamento bibliográfico foi realizado a partir da análise de fontes secundárias que discutem de diversos modos, o tema escolhido para estudo.

Descritivo porque não explicamos o fenômeno em foco, apenas descrevemos a partir da pesquisa bibliográfica as características essenciais que norteiam o debate sobre a inserção do Serviço Social na educação escolar.

Os principais autores que serão acessados e citados são LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João F. de; TOSCHI, Mirza (2009), CAVALCANTE, Rodolfo C. (1998), SANTOS, André Michel dos. (2011), IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. (2009).

O tipo de análise utilizada foi a de conteúdo com o objetivo de mostrar uma breve visão histórica, ressaltando, a importância da análise de conteúdo das pesquisas qualitativas em educação. Para Flick (2009 p. 291) “a análise de conteúdo faz a realização da interpretação depois de coletar os dados, se desenvolvendo através de técnicas um pouco refinadas. Desse modo, a análise de conteúdo é uma

das técnicas de análise de dados mais usada no âmbito da educação no Brasil, principalmente nas pesquisas qualitativas”.

A linha de pesquisa é **FORMAÇÃO PROFISSIONAL, TRABALHO E IDENTIDADE PROFISSIONAL: Formação Profissional e Espaços sócio-ocupacionais:**

Princípios e diretrizes da formação profissional e as relações de trabalho e do exercício profissional do Serviço Social. A formação profissional como eixo fundante da construção da identidade profissional e social do assistente social. A interdisciplinaridade na formação profissional frente às transformações do mundo mundializado e as expressões da questão social. O desenvolvimento do trabalho na perspectiva das políticas públicas, cidadania e emancipação social. Educação e Serviço Social: graduação e formação continuada. Fundamentos do Serviço Social e bases teóricas para análises conjunturais e exercício profissional. Curitiba (2022, p 20).

. No capítulo 1 será abordada a Lei de Diretrizes e Bases, sob uma perspectiva histórica, necessária para fazer a discussão sobre a inserção do profissional em Serviço Social, pois é necessário conhecer a concepção que norteia a Educação no Brasil.

No capítulo 2 abordará a importância da inserção do assistente social na Educação, demonstrando qual a proposta da categoria de assistentes sociais e das entidades regulamentadoras do Serviço Social para a inserção de assistentes sociais nas escolas públicas, como agente contribuinte para a política social de educação. Além das atribuições e competências que o assistente social poderá desempenhar na escola e que contribuirá ao enfrentamento das expressões da questão social presentes neste contexto.

No capítulo 3 serão abordadas as mudanças no Brasil dos anos de 1930, a industrialização e suas consequências, a institucionalização do serviço social no contexto da questão social e, por fim, as propostas, práticas e fundamentos teóricos que caracterizavam a intervenção do serviço social. E também sobre o Serviço Social como profissão interventiva e sua atuação junto às instituições escola e família. Compreendendo as possibilidades e os desafios encontrados para a atuação profissional do Assistente Social na Escola;

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo contribuir com o debate sobre a importância da atuação do assistente social no campo da educação escolar.

## **2 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO COMO DIREITO E POLÍTICA SOCIAL**

Nesse capítulo será abordada a Lei de Diretrizes e Bases, sob uma perspectiva histórica, necessária para fazer a discussão sobre a inserção do profissional em Serviço Social. Pois é necessário conhecer a concepção que norteia a Educação no Brasil.

### **2.1. ASPECTOS HISTÓRICOS DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

O Ministério da Educação do Brasil foi criado em 1930, após a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Naquele momento se chamava Ministério da Educação e Saúde Pública, em que desenvolvia atividades importantes a vários ministérios, como por exemplo, o da saúde, esporte, educação e meio ambiente (MEC, 2017).

No ano de 1932, a partir de um grupo de intelectuais preocupados em elaborar um programa de política, lançam o Manifesto dos Pioneiros da Educação Novo. O manifesto tinha como objetivo organizar um plano geral de educação, onde tivesse escola única, pública laica, obrigatória e gratuita, também tendo o intuito de separar as responsabilidades entre Estado e Igreja, pois a Igreja sempre foi influente nas decisões do Estado como da própria sociedade. (MEC, 2017).

Até 1960, o sistema educacional brasileiro, tinha um modelo padronizado, no qual todos os estados e municípios seguiam. A partir da aprovação da primeira LDB em 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam autonomia e conseqüentemente diminuíram a centralização da educação através do MEC. (MEC, 2017).

Foram necessários 13 anos de debate (1948 a 1961) para a aprovação da primeira LDB. O ensino religioso facultativo nas escolas públicas foi um dos pontos de maior disputa para a aprovação da lei. O pano de fundo era a separação entre o Estado e a Igreja. (MEC, 2017).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 4.024/61, foi sancionada em 20 de dezembro de 1961 pelo então Ministro da Educação Clemente

Mariani, depois foi modificada por emendas e artigos, sendo reformada pelas leis 5.540/68 e 5.692/71 e posteriormente substituída pela LDB 9.394/96.

A Lei N°5.540, de 28 de novembro de 1968, constituiu diretrizes de funcionamento e organização para o ensino superior colaborando para o rápido crescimento na esfera privada em nível superior e mais prudente na esfera pública e as universidades receberam mais verbas e ofereceram mais vagas. As verbas foram utilizadas para a construção de propriedades e a compra de instrumentos e equipamentos, deste modo os enormes campos universitários implantaram programas de pesquisas de expansão e programas de pós-graduação sendo atualmente um dos essenciais eixos do ensino universitário público.

A Lei de 1961, referente à educação, amplia e especifica o direito à educação, estruturando o sistema de ensino da seguinte forma em pré-primário, primário, secundário, técnico, normal e superior. Prevê também educação para excepcionais, pois, assim eram chamados na época pessoas com deficiência e educação com apoio da assistência social.

Segundo Santos (2005), a LDB promulgada em 1961, estabeleceu que a educação pudesse ser ministrada no Brasil tanto pelo setor público quanto pelo setor privado, em todos os níveis, sendo que a educação privada poderia ser subsidiada pelo Estado, sob a forma de bolsas de estudo e verbas para reformas. Embora tenha desresponsabilizado o Estado do Ensino primário gratuito, a LDB obriga a destinação de 12% dos impostos para o setor da educação. A política de educação no Brasil foi marcada por avanços e destinação de maiores recursos.

Na lei de 1971, não ocorreram mudanças significativas, pois neste momento o Brasil se encontrava em pleno regime militar. Pode-se ressaltar que neste período criou-se o 1º e 2º grau (equivalente ao ensino fundamental e médio), assim estimulando a formação profissional e criando o exame supletivo. A lei nº5692/71 transformou a estrutura de ensino do Brasil onde o antigo ginásio e o curso primário virou um só curso de 1º grau. Esta foi uma lei proclamada no âmbito da ditadura civil-militar e que acarretou permanências e modificações nas perspectivas de educação que vinham se construindo no período. Objetivava a profissionalização do ensino secundário, na tentativa de unir o antigo ensino médio e primário acabando com as diferenças entre os campos secundários, como o industrial, comercial, agrícola e normal (BRASIL, 1971, p. 46).

Na Lei 5.692/71 o Estado se preocupa em estipular regras, regulamentando níveis de ensino, instrumentos administrativos e de financiamento, normatizar os requisitos para docentes e definir objetivos para cada área de ensino. Tendo em

vista que sua influência estava limitada para o primeiro e segundo graus, e não para a educação nacional conforme é interpretada por inúmeros que estudam a lei educacional do Brasil (BRASIL, 1971, p. 46).

Após o período militar na década de 70, durante o processo de reestruturação do Brasil, a qual se baseava em adequar às exigências mundiais, nos padrões de consumo e mão de obra qualificada, que está ligada diretamente a reformas na educação.

Pois, segundo Martins (2007), trabalharam em dois sentidos: na expansão quantitativa da educação, tornando-se o ensino fundamental e médio obrigatório até determinada idade, com relativa facilitação do acesso ao sistema escolar e na busca pela melhoria da qualidade do sistema educacional, nas questões de diminuição de índices de evasão e repetência.

## **2.2. LEIS EDUCACIONAIS Á PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

A nova concepção sobre a importância da educação refletiu diretamente na Constituição de 1988, assim logo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que, além das adequações mundiais, foi uma conquista a partir da classe trabalhadora, no âmbito das políticas sociais. A formulação da nova LDB em 1996 foi um marco na história da educação brasileira, possibilitando mudanças significativas no modo como era organizada, estabelecendo um padrão a ser seguido pela educação brasileira (LDB, 1996).

Na Constituição Federal de 1988, a educação fica estabelecida como um direito social, o qual deve ser garantido pelo Estado através de políticas públicas condizentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1993, avança nesta discussão, trazendo a criança e ao adolescente como cidadão, como sujeitos de direitos, superando a visão de menor dominante dos Códigos anteriores.

Integrando a nova condição da criança e adolescente como sujeito de direito, educação como direito social, a escola passa a assumir um papel importante no Estado e na sociedade, com relação a políticas públicas que devem garantir o acesso de todos à Educação, como sendo um meio indispensável de elevação do nível cultural, de formação para a cidadania, de desenvolvimento de conhecimentos e capacidades para se enfrentar a complexidade social (SOUZA, 2005, p. 37).

Desde sua promulgação, em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vem redesenhando o sistema educacional brasileiro em todos os níveis: da creche, desde então incorporada aos sistemas de ensino, às universidades, além de todas as outras modalidades de ensino, incluindo a educação especial, profissional, indígena, no campo e ensino a distância. Assim, no Art. 71, inciso IV, a LDB na sua divisão de recursos financeiros define:

que programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social, não são considerados despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino. Neste contexto pode se perceber, que a parte social não é parte integrante do contexto da educação brasileira, assim não é compreendida como processo fundamental na formação do indivíduo (BRASIL, 1996).

A Educação Básica é direito universal e alicerce indispensável para a capacidade de exercer em sua plenitude o direito à cidadania. É o tempo, o espaço e o contexto em que o sujeito aprende a constituir e reconstituir a sua identidade, em meio a transformações corporais, afetivo emocionais, socioemocionais, cognitivas e socioculturais, respeitando e valorizando as diferenças. Liberdade e pluralidade tornam-se, portanto, exigências do projeto educacional (DCNs, 2013, p.17).

A Lei 9.394/96 caracteriza um passo à frente no campo da descentralização da metodologia pedagógica, dando a devida autonomia às instituições escolares e flexibilizando também a administração dos centros de ensino superior.

Apesar de passíveis a avaliação e até sujeitas de descredenciamento pela União, as faculdades podem:

analisar acerca de normas e critérios de admissão e seleção de educandos a seus cursos (art. 51); (...) organizar, criar e abolir programas e cursos de educação superior; consolidar os currículos de seus programas, nas diretrizes gerais; reformar e elaborar seus próprios regimentos e estatutos, gerenciar os rendimentos (art. 53); decidir por diminuição e ampliação de vagas (art. 53, § único); sugerir o seu quadro de professores e seu plano de cargos e salários (art. 54, § 1º), e demais funções que lhes são atribuídas (LDB, 1996, p.24).

Nesses termos, a orientação para o MEC tem que ser de não operar mais como um regulador, mas como articulador ou coordenador do enorme projeto nacional, permitindo a autonomia fundamental a um espaço que sugere elaborar investigação científica e trabalhos de pesquisa. No mesmo momento, o aumento da



autonomia se modifica em exigência de inovação para as faculdades: não tem sentido na reprodução de velhas práticas se, atualmente, é possível começar a empreender transformações.

Na LDBEN 9.394/96 o Poder Legislativo viu a necessidade de estabelecer a estrutura do modelo educacional fazendo menção dos primeiros artigos, além de conceituar a educação e suas possibilidades. Pois, os indivíduos passariam a viver num novo ponto de vista de governo e relação social pós-ditadura.

Esses princípios teriam que ser a base para todo o procedimento pedagógico, desde sua administração realizada pelo Governo, passando pela gestão nas escolas até a sua instrumentalização dentro de sala de aula por meio do docente, onde se encontrava a compreensão de estimular tal instrumento legal no âmbito da educação.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extraescolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

(BRASI, 1996, p.7).

A LDB n.º 9.394/96 provoca uma nova formação da educação nacional, promovendo um ensino em modalidades e níveis que foi sendo composta no decorrer dos anos após a sua aprovação.

Em seu capítulo V aborda as modalidades e níveis de educação e ensino, visto que no capítulo I, expõe a formação dos níveis escolares, e no artigo 21 assegura que “a educação pedagógica se forma em dois níveis: educação básica, composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e superior” (BRASIL, 1996, p. 9). No que se refere aos níveis observa-se um avanço importante comparando-se às leis anteriores (LDB n.º 4.024/61 e Reforma de 1.º e 2.º graus, n.º

5.692/71) no que compete à educação básica, visto que a educação infantil começa a ser vista como um ciclo da educação básica.

A valorização desse ciclo é fundamental, porque a garantia em lei do atendimento aos alunos na fase que antecede o ensino fundamental é de grande relevância para o desenvolvimento destes, até mesmo servindo como base para um desenvolvimento melhor nas etapas seguintes.

A Educação Infantil é mostrada na LDB como uma fase da educação considerada como uma conquista, contudo não representou uma garantia de oferta para todos os educandos. Visto que a LDB n.º 9.394/96, na sua aprovação não traz mudanças referentes às obrigações do ensino, conservando o que já estava contido na Reforma de 1.º e 2.º graus (Lei n.º 5.692/71), que garantia como obrigatório o método de ensino de 1º a 8º série. (BRASIL, 1996, p. 10).

A Lei n.º 11.494/07 fala acerca do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e traz progressos referentes à Lei n.º 9.424/96 que fala acerca do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF. Visto que esta contemplava o destino do dinheiro desse fundo apenas para o ensino fundamental, ao passo que aquela contempla também a educação infantil e o ensino médio. (BRASIL, 1996, p. 11).

O aumento dos recursos com a homologação do FUNDEB para toda a educação básica é primordial, visto que a universalização do método de ensino abrange o aumento dos recursos. Dessa forma, existem bastantes críticas de que não aconteceram grandes modificações dos impostos e conseqüentemente, não existindo expressivos acréscimos de impostos. O que aconteceu foi uma destinação de recursos que era do ensino fundamental para as outras etapas da educação básica, isto é, para o ensino médio e para a educação infantil. (CRUZ e ROCHA, 2018).

Independente das opiniões interpostas e de onde vem este recurso, o que é visto como positivo é o fato de que há um fundo próprio que assegura recursos para o ensino médio e para a educação infantil. O que caracteriza uma possibilidade de aumento da oferta na educação básica em todas as modalidades e etapas.

Conforme a Emenda Constitucional n.º 59, de 11 de novembro de 2009, está dentre outras atribuições, do novo texto ( incisos I e VII) do art. 208 da Constituição

Federal, de modo a presumir a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos (BRASIL, 2009). Ressalta-se, contudo, que esta emenda não abrange toda a educação infantil. Mas somente a segunda fase, a pré-escola, segundo prevê o artigo 208 da Constituição Federal, em seu inciso I “– educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 2009).

Vale salientar que essa Emenda Constitucional designa um prazo para o aumento da oferta do ensino para a pré-escola e para o ensino médio, de acordo com o artigo 6.º, no qual se garante “O disposto no inciso I do art. 208 da Constituição Federal deverá ser implantado, sucessivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da união” (BRASIL, 2009).

Portanto, a Emenda Constitucional 59 presume a obrigação do ensino para os indivíduos entre 4 e 17 anos e expande a cobertura dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica. Com essa transformação na Constituição Federal, o ensino pré-escolar e o médio passam a ser obrigatórios.

A Lei n.º 59/09 provocou mudanças na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394/96. Em consequência, a questão do direito público subjetivo, também sofreu mudanças, visto que no período anterior à aprovação dessa emenda, o direito público subjetivo restringia-se ao ensino fundamental somente e a partir da aprovação da referida emenda constitucional passou a contemplar toda a educação básica. (BRASIL, 2009).

Desse modo, a Constituição Federal em seu artigo 208 determina “ I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (...)” (Emenda Constitucional nº 59, de 2009). Ainda, a LDB n.º 9.394/96 no título III que fala do Direito à Educação e do dever de educar mostra essa exigência legal:

Art. 5.º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Lei nº 12.796, de 2013).

Embora essa expansão da obrigatoriedade do método de ensino não seja a melhor, já que não abrange toda a educação infantil, mas apenas a pré-escola, assegura pelo menos em parte, a oferta do ensino aos educandos.

Diante do apresentado, percebe-se um avanço importante no que diz respeito ao marco legal de oferta do ensino na Educação Básica. Embora seja preciso apontar que o crescimento ainda é insuficiente e, sobretudo, a persistência da saída dos alunos da escola, mostrando que o aumento do acesso não significa garantia de qualidade do método de ensino ofertado aos educandos. Segundo Libâneo (2012, p. 361):

o termo modalidade de educação se refere aos diferentes procedimentos próprios de exercer a educação. Ao passo que os níveis de educação dizem respeito aos diferentes graus, categorias de ensino, como infantil, fundamental, médio, superior, modalidade de educação implica a forma, o modo como tais graus de ensino são desenvolvidos.

Em relação às modalidades de ensino, a LDB n.º 9.394/96 considera a educação de jovens e adultos (EJA), a educação profissional e tecnológica e a educação especial, contudo a Resolução do CNE/CEB n.º 4 de 13 de julho de 2010, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, ao se referir às modalidades do ensino, além das já mencionadas, considera ainda a educação à distância, a educação escolar indígena, a educação básica do campo e a educação escolar quilombola.

### **3. COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO**

Neste capítulo serão abordadas as mudanças no Brasil dos anos de 1930, a industrialização e suas consequências, a institucionalização do serviço social no contexto da questão social e, por fim, as propostas, práticas e fundamentos teóricos que caracterizavam a intervenção do serviço social. Sobre a importância da inserção do assistente social nas escolas, uma vez que, este profissional é competente e qualificado para identificar e pensar em possíveis soluções para as expressões da questão social que existem no âmbito escolar. E como o Serviço Social se relaciona com a Educação, demonstrando qual a proposta da categoria de assistentes sociais e das entidades regulamentadoras do Serviço Social para a inserção de assistentes

sociais nas escolas públicas, como agente contribuinte para a política social de educação.

### **3.1. FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL**

A década de 1930 surge como um acontecimento central na sociedade brasileira. A Revolução de 30 leva o Brasil a um regime de reivindicações e transformações, gerando oportunidades para o restabelecimento de novos vínculos entre Estado e sociedade. O procedimento de industrialização pôs o proletariado como novo agente social no contexto nacional, ato que explicitou as desigualdades sociais que existiam, dando evidência às tensões presentes nos vínculos de trabalho, piorando a questão social. A existência do proletariado nos centros urbanos aumentou a taxa de crescimento populacional, causando problemas educacionais, infraestrutura, de assistência, habitacionais entre outros.

Para Iamamoto e Carvalho (2008), a pressão feita pelo proletariado, existente mesmo nas circunstâncias inerentes em que sua luta não se fez instantaneamente e nitidamente presente como contestação aberta, seguiu frequentemente no pano de fundo a partir do qual diversos agentes sociais mobilizaram políticas diversas.

Deste modo, o novo formato social propiciou a origem de novas organizações econômicas e políticas, assim como constituiu novos moldes e valores sociais e culturais.

Para Ianni (1979, p. 13): “O que caracteriza os anos posteriores à Revolução de 30 é o fato de que ela gera condições para o desenvolvimento do Estado burguês”. Sendo que este Estado se reestrutura com o objetivo de limitar os movimentos, as expressões e as reivindicações da classe operária, promulgando decretos e leis, formando departamentos, conselhos, comissões e campanhas com a finalidade de reorientar e ordenar as atividades produtivas em geral.

Entre os anos de 1930 e 1945, o Estado aderiu algumas políticas sociais para proteger o trabalhador, que podem ser vistas como criadoras de benefícios sociais, mas que também controlavam a atuação política da classe trabalhadora. Nesse âmbito, há alguns órgãos e empresas criadas pelo Governo Federal para intervir nas questões políticas, políticas e trabalhistas do Brasil.

Além dessas medidas, o movimento político dos anos de 1930 propiciou a reaproximação da Igreja Católica com o Estado, iniciando assim uma intensa fase de intervenção, que tinha como finalidade recristianizar a população. A igreja dava suporte às políticas do Estado, e Getúlio Vargas colaborava com vários dos objetivos da instituição, preocupada com a restauração cristã da população brasileira (MONTENEGRO, 1972, p. 188).

Nesse panorama, marcado por contradições, emerge o serviço social no Brasil, posto na divisão social e técnica do trabalho. Esse âmbito direciona a ação profissional ao campo das políticas públicas assistenciais resultantes das demandas postas pelo novo contexto social.

O serviço social emergiu como profissão perante as demandas postas pela questão social a partir dos anos de 1930. Seu método de institucionalização se desenvolveu em resposta às ações propostas pelo Estado, sendo sua prática guiada pelas doutrinas da Igreja Católica. Os primeiros cursos de serviço social foram elaborados com a finalidade de formar profissionais competentes e eficientes, que propiciassem soluções significativas à população, e com o objetivo de que a nova profissão se consolidasse e tivesse importância social. No ano de 1936, foi fundada na cidade de São Paulo a primeira Escola de Serviço Social brasileira.

Em 1937, foi criado o Curso de Serviço Social na cidade do Rio de Janeiro. Nas décadas posteriores, outras instituições escolares foram fundadas, como a Escola de Serviço Social de Porto Alegre, em 1945, hoje chamada de Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Baseados na doutrina social da igreja, os primeiros profissionais trabalhavam principalmente nas entidades católicas, sendo captados, depois, pelo Estado para dizer na questão social, recristianizando a população.

Possui destaque na construção do perfil da emergente profissão no Brasil a Igreja Católica, responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo procedimento de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros. Cabe ainda enfatizar que, nesse período, a Questão Social é vista a partir da forte influência do pensamento social da Igreja. Que a define como questão moral, como um complexo de problemas perante a responsabilidade individual dos indivíduos que os vivenciam, ainda que estabelecidos dentro de relações capitalistas. Trata-se de uma perspectiva individualista e moralizadora da questão, que requer para seu

enfrentamento uma pedagogia psicossocial, que encontrará no Serviço Social possibilidades efetivas de desenvolvimento (YAZBEK, 2000, p. 92).

As primeiras sugestões metodológicas presentes no exercício profissional tinham como fundamento os valores cristãos e o ideário franco-belga. O trabalho do serviço social nesse momento tinha um caráter repressivo, priorizando a formação da família e do indivíduo para a solução dos seus problemas, suas necessidades materiais e seus princípios morais.

Para Yamamoto e Carvalho (2008 p. 382), nessa época, o serviço social era considerado como uma “missão”, um “serviço” à sociedade, que estava na dependência de uma “vocação” própria de seus autores, a quem competiria, segundo expressões muito usadas na época, “fazer o bem” bem-feito. Essa visão inicial guiou as finalidades políticas e sociais do serviço social.

Os referenciais guias do pensamento e da ação profissional eram o Tomismo e o Neotomismo de São Tomás de Aquino (séc. XII). Logo, o princípio da dignidade humana e do bem comum se incorporou nas bases ideológicas dos assistentes sociais, bem como a doutrina social da igreja e os experimentos da ação franco-belga.

Essas correntes filosóficas foram ensinadas nas escolas de serviço social e foram presentes na ação dos assistentes sociais do período. Além disso, o ideal tomista influenciou o pensamento da união dos indivíduos para o bem comum.

Para Yamamoto e Carvalho (2008, p. 201) é principalmente, nos encontros e conferências promovidas pelo movimento católico como Semanas de Ação Social e Congressos de Direito, que são mostradas as primeiras iniciativas de sistematização do procedimento do ensino do Serviço Social, bem como a visão do mundo que dá assistência a essas formulações.

Desse modo, o serviço social, inspirado pelos desdobramentos do comportamento católico e do trabalho social, não estava isento, em suas concepções teóricas, das marcas do difícil movimento histórico da população brasileira do seu tempo.

A partir da década de 1940, o serviço social brasileiro iniciou ao que denominamos de aprimoramento metodológico e técnico. Diante das dificuldades de respostas para o trabalho dos assistentes sociais, os conteúdos teóricos filosóficos

presentes através da ação católica se revelaram insuficientes às questões da questão social.

Tendo como parâmetro as ciências sociais, o exercício profissional, que até então era norteado pelo conservadorismo católico, passa então a ser técnica em virtude de sua relação com o funcionalismo norte-americano. Na metade dos anos 1940, o serviço social obteve o primeiro apoio teórico-metodológico (a matriz positivista) guiando a qualificação técnica de seu exercício.

O ponto de vista positivista é introduzido pelo serviço social em sua percepção funcionalista da ordem. Caracteriza a profissão com sugestões de trabalho acertadas e um perfil manipulador dos indivíduos, assim como é direcionada para o aperfeiçoamento de técnicas e instrumentos para a intervenção.

Com as técnicas de ação sugestivas segundo Yazbek (1984, p. 71) vão à procura de padrões de eficiência, sofisticação de moldes de análise, diagnóstico e planejamento; por fim, uma tecnificação do trabalho profissional que é acompanhada de uma gradativa burocratização das ações institucionais. Nesse âmbito, o Positivismo se estabelece como uma teoria tradicionalista e conservadora do serviço social.

Nesse período, na procura de soluções para os problemas teóricos interventivos e metodológicos, os profissionais foram à procura de atualização, o que provocou uma necessidade de conhecimento técnico para prestação da assistência e da organização do exercício profissional.

Para atender a essas questões, originaram-se os Centros de Estudos e Ação Social (CEAS). O CEAS da cidade de São Paulo, fundado no ano de 1932, teve como finalidade pôr em prática as obras filantrópicas e incentivar a mobilização religiosa. Com o patrocínio da Igreja Católica, seu primeiro curso foi o Curso Intensivo de Formação Social para Moças. Na cidade do Rio de Janeiro, a metodologia de desenvolvimento pedagógico foi marcada por modelos mais variados de iniciativas, conduzindo outras discussões, como a questão de seleção e recrutamento.

A finalidade central dos CEAS era proporcionar a formação de seus integrantes pelo estudo da doutrina social da igreja e basear sua atividade nessa formação doutrinária e no conhecimento enraizado dos problemas sociais. Objetivando ser mais eficaz a atuação dos trabalhadores sociais e adotar uma instrução definitiva no que diz respeito aos problemas a resolver, propiciando a coordenação de esforços espalhados nas diferentes



obras e atividades de caráter social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 169).

Essas instituições escolares de formação foram à base para a obtenção de assistentes sociais formados. Durante a década de 1940, surgiram outras escolas no Brasil que motivaram a necessidade de debates mais abrangentes acerca da sistematização do trabalho profissional. Nessa época, aconteceu o primeiro Congresso Brasileiro de Serviço Social, no ano de 1947, pelo CEAS de São Paulo que reuniu os principais representantes de entidades relacionadas ao serviço social e discussões acerca da sistematização do exercício profissional.

Em 1936, a criação das primeiras instituições escolares do Serviço Social gerou condições para se iniciar a institucionalização o exercício do fazer profissional. Esta ocasião histórica possibilitou o início do que denominamos de sistematização da ação e formação técnica.

Dessa forma, o método de institucionalização do Serviço Social será também o método de profissionalização dos Assistentes Sociais diplomados nas Escolas Especializadas. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 309).

No que diz respeito às áreas iniciais de trabalhos, os primeiros ramos de ocupação dos assistentes sociais foram entidades religiosas, sendo depois introdução pelo Estado para atuar nas várias representações da questão social. Guiados por metodologias e teorias advindas da sociologia positivista e fundamentos cristãos, as intervenções do serviço social conservavam seu trabalho teórico e educativo de dimensionamento da população.

As instituições assistências desenvolvem-se no momento no qual a profissão do Serviço Social, foi legalizada dentro da divisão social do trabalho ( compreendido como profissional que possui técnicas, métodos e conhecimentos). É um projeto que ainda está no início, é uma ação bastante marcada e vinculada à sua origem católica, e as certas divisões de classe, que ainda dominam seu ensino (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 309).

Nesse âmbito, as fontes de intervenção e emprego do exercício profissional eram sobretudo direcionadas para organização da assistência e para a educação popular. As atividades mais realizadas pelos primeiros assistentes sociais eram as de distribuição de auxílios materiais e a formação doméstica e moral. A população

de intervenção nessa época era formada pelas famílias dos operários, principalmente as crianças e as mulheres.

As características fundamentais ao indivíduo que almejava seguir carreira de serviço social consideravam a produção e a reprodução do ponto de vista humanístico cristãs do período.

Segundo Iamamoto e Carvalho o assistente social tem que:

Ser um indivíduo da mais completa formação moral, que a um consistente preparo técnico junte o desinteresse individual, a uma enorme capacidade de dedicação e sentimento de amor ao próximo; tem que ser realmente requerido pelo momento penoso de seus irmãos, pelas desigualdades sociais, pela ignorância, pela pobreza, e esta solicitação tem que corresponder às habilidades individuais de inteligência e vontade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 221).

Em meados do ano de 1960, vivenciamos o crescimento do meio profissional, sendo a qualificação atravessada pela modernização na área prática, metodológica e teórica, iniciando assim o aumento das atividades exercidas pela classe profissional.

### **3.2. SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO**

O direito a educação é garantido por meio da Constituição Federal de 1988, da Lei Nº 8069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), que prioriza o acesso e a permanência do aluno na escola. Tem como objetivo a formação do usuário para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho, e sua participação social.

Desta forma, a inclusão deste profissional no quadro de funcionários que trabalham em prol do desenvolvimento pedagógico dos alunos, contribui bastante para a elaboração de projetos, serviços, programas e ações que promovam o envolvimento da família na educação. Com o intuito de alcançar uma participação maior do responsável legal dos alunos com a escola, e vice-versa.

A escola não é apenas um espaço físico, com boa estrutura e organização, possui também os agentes que atuam para o melhor desenvolvimento do projeto político pedagógico da escola. Sendo assim, cada profissional ali presente, possui uma função específica, no qual suas ações devem estar em pleno acordo, não

somente com o projeto pedagógico, mas também juntamente com os demais agentes que compõem a equipe.

De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2009), “toda instituição escolar possui uma estrutura de organização interna, geralmente prevista no regimento escolar ou em legislação estadual ou municipal”.

Os atores da escola têm como foco analisar o papel ativo dos sujeitos na estruturação dos espaços, tempos e atividades escolares, visando uma boa relação com a instituição escolar com sociedade. Possuem a capacidade de produzir e transformar, e não somente de se adaptar e reproduzir. Este profissional deve estar capacitado não apenas para ministrar aulas, mas sim, contribuir na construção do ser social dos alunos.

Libâneo (2005) diz que, assim, como em toda instituição, na escola também existe a hierarquia entre as funções, no qual são estabelecidas dessa forma: gestor administrativo (diretor), o pedagógico (coordenador), o educacional (orientador), o da sala de aula (professor) e aqueles que desempenham outras funções que são definidas pela estrutura organizacional da escola, entre eles: faxineiro, cantineiro, jardineiro, entre outros.

Não é qualquer pessoa que pode ser considerado apto para ser um profissional da educação, pois é necessário que, tais profissionais, sejam formados em cursos reconhecidos, e que estejam dentro das atribuições estabelecidas por lei.

Porém, antes da reforma da educação por meio da nova LDB, havia duas maneiras de ser formar professores: o magistério em nível de segundo grau e a atual licenciatura no curso superior. Entretanto, após a nova reforma, essas modalidades foram ampliadas. Há agora professores formados em nível médio para atuar na educação infantil e nas primeiras séries do ensino fundamental.

São considerados trabalhadores da educação, conforme a LDB 9.394/96:

Art. 61 Consideram-se profissionais da educação educacional básica os que, nela estando em efetiva prática e tendo sido graduados em cursos legitimados, são:

I - Professores formados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;

II - Funcionários em educação com de diploma de pedagogia, com habilitados em planejamento, inspeção, supervisão, administração e orientação educacional, assim como com títulos de mestrado ou doutorado nos mesmos ramos;

III - Funcionários em educação com de diploma de curso técnico ou superior em área educacional ou afim.

Art. 62 A formação de professores para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de graduação total, de licenciatura, em faculdades e institutos superiores educacionais. Aceita como formação mínima para a prática do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental e ofertado em nível médio na modalidade normal.

Segundo Ministério da Educação-MEC (2004), na escola existem vários atores atuando para oferecer uma boa aprendizagem, que não corresponde apenas à parte administrativa da escola (direção, coordenação) ou a parte docente (professores).

Além dos funcionários da escola, existem outros atores que são de muita importância na educação escolar da criança e adolescente, que são os pais. Pois estes também são responsáveis pelo desenvolvimento escolar dos filhos.

De acordo com Chechia e Andrade (2002) a importância da participação dos pais na vivência escolar dos filhos tem mostrado um papel fundamental no desempenho escolar. O diálogo entre os familiares e a instituição escolar tende a contribuir para um equilíbrio no desempenho educacional o que é possível presumir que o aluno e os pais trazem consigo uma conexão íntima com o desempenho.

Portanto, os aspectos psicológicos da família influenciam na educação escolar dos filhos, ou seja, os filhos acabam vivendo os reflexos do contexto familiar, tanto positivos quanto negativos, internalizando-os da maneira que o recebeu, e transmitindo-os no contexto escolar.

Para Cavalcante (1998) quando se há uma parceria entre pais e escola, o sucesso no processo do educar é maior, pois essa parceria proporciona uma completa formação ao educando, fazendo com que haja melhores resultados em seu comportamento individual e coletivo, desenvolvimento social, convivência familiar, entre outros aspectos do cotidiano do aluno.

Cabe assim à escola se organizar e desenvolver uma boa política de aprendizagem, ou seja, possuir um projeto político-pedagógico bem estruturado, capaz de oferecer uma melhoria na formação dos profissionais que trabalham neste espaço, bem como fornecer condições favoráveis para o desencadeamento do trabalho.

Compreende-se que na escola existem várias demandas a serem analisadas, não apenas demandas institucionais, mas também sociais que acontecem fora do ambiente escolar, que na maioria das vezes são trazidas, direta ou indiretamente,

para dentro da escola. Por essa e outras razões, que se torna imprescindível à atuação do assistente social na educação.

A escola é um dos principais equipamentos sociais, tanto na formação acadêmica quanto na formação do ser social. Sendo assim, como a escola não poderia ser um local para atuação do serviço social, pois além de ser um direito social, é um espaço onde se encontra uma grande diversidade social. Sem falar, que tem a possibilidade de contribuir com a execução do diagnóstico social, procurando opções relativas ao problema social constante na vida dos alunos.

O trabalho desenvolvido pelo assistente social no âmbito educacional, não se restringe apenas ao segmento discente ou nas abordagens individuais. Está muito, além disso, pois abrangem ainda atividades junto aos familiares, profissionais educacionais, gestores, aos profissionais e às redes que constituem as outras políticas sociais, às instâncias de controle social e aos movimentos sociais. Isto é, ações não apenas de caráter individual, mas também coletivo, de investigação, administrativo-organizacional, de articulação, de capacitação e formação profissional. (CFESS, 2011, p. 38)

Ressalta ainda que se exige do profissional de serviço social uma competência de obter estratégias e procedimentos de ação em diferentes níveis (individual e coletivo), capaz de trabalhar as contradições que determinam a Política de Educação.

Segundo Schneider e Hernandorena (2012) o assistente social ocupa na sociedade uma posição tão dinâmica quanto às relações sociais, isto é, acaba seguindo as transformações que acontecem no âmbito social.

O assistente social possui um conhecimento amplo sobre a realidade complexa, que o faz capaz de elaborar recursos para modificá-la conforme a direção do seu projeto político-profissional. E um dos meios utilizados são as mediações.

Mediações são classes instrumentais pelas quais se opera a operacionalização da atuação profissional. Expressam-se pelo grupo de ferramentas, meios, técnicas e estratégias e pelas quais a prática profissional obtém operacionalidade e concretude. São instâncias de passagem da teoria para a prática, são vias de penetração nos argumentos constitutivos do real. (PIANA, 2009 p. 136).

No entanto, é através da mediação que o profissional possui condições de elaborar uma direção à sua prática de modo crítico e não alienada, a partir do seu projeto ético-político, o que oportuniza uma prática transformadora.

O assistente social é um trabalhador apto para operar frente às demandas da instituição escolar, pois tem qualificação para intermediar os conflitos e procurar opções cabíveis, objetivando a garantia de direitos e um posicionamento ético.

Segundo Barroco e Terra (2012) o assistente social tem o direito de manter contato direto com a população usuária, junto aos seus lugares de moradia e de organização, o que propicia construir vínculos com os seus movimentos e apreender as suas demandas.

Devido a isso, é possível perceber que o profissional do serviço social não se restringe apenas no atendimento interno, está, além disso, pois pode acompanhar o usuário também em seu âmbito social e familiar. Sendo assim, pode-se considerar um profissional ideal para atuação na escola, visto que não se atentará somente aos problemas presentes ali, buscará ainda a raiz dessa problemática fora do cenário escolar.

A instituição escolar é um ambiente no qual também acontece à inserção social, uma vez que se trata de um lugar onde se tem indivíduos de todos os tipos de raça, cultura, crença e possui um papel fundamental no desenvolvimento do ser humano. E a inserção do assistente social nas escolas é de enorme relevância no âmbito pedagógico, pois os profissionais que compõem a equipe da escola não estão aptos para enfrentarem demandas relativas às expressões sociais e culturais vivenciadas na vida dos alunos e de seus familiares. Ao contrário do assistente social, que tem uma bagagem teórica metodológica capaz de subsidiar esses problemas e buscar uma solução imediata.

Dessa forma, mesmo não tendo a presença do assistente social nas escolas, é reconhecida pela administração escolar, a relevância do seu trabalho. E que inseri-lo na equipe de profissionais da instituição escolar mais especialmente, na equipe multidisciplinar, acarretaria inúmeros benefícios não apenas para os educandos e família, mas também para todo o corpo docente porque a troca de conhecimento também ocorre entre os gestores.

Uma vez que o serviço social tem dentre suas funções, a atribuição de analisar e diagnosticar as causas dos problemas sociais detectados em relação os alunos, nas escolas frequentadas por estes, objetivando atuar nessas questões preventivamente, de forma a saná-las ou atenuá-las.

A escola é uma entrada para a comunidade vivenciar experiências, socializar conhecimentos, informações e formação para cidadania. Deve ser incluída como mediadora dentro de um contexto social determinado, além de seu papel pedagógico é também formadora de opiniões possibilitando aos alunos capacidades de análise reflexivas e de uma vida participativa, podendo também ser reconhecidos e valorizados os aspectos em vida comunitária.

A escola expressa às contradições da questão social no seu ambiente, pois incluem e reflete o contexto social onde se insere. Essas contradições podem ter caráter de conflitos, limites e possibilidades sociais. Assim, a escola ora auxilia e serve aos interesses de classe e do projeto societário dominante, que ela especifica, molda e reproduz, ora se torna um dos instrumentos de sua transformação. “Numa sociedade de classes toda educação é classista. E, na ordem classista, educar, no único sentido aceitável, significa conscientizar e lutar contra esta ordem, subvertê-la” (GADOTTI, 1979, p.07).

Nesse sentido a escola pode ser espaço de criação e valorização das ações que contribuem com a qualidade de vida da população. Deste modo a escola seria um recinto respeitável para as discussões que envolvem toda a sociedade e suas contradições. No entanto a escola na maior parte da realidade educacional vivência um ambiente predominante e imposto.

A instituição escolar é composta por vários sujeitos, alunos, professores, família ou comunidade externa, todos estes são indivíduos históricos, sociais e culturais convivendo, mesmo por um curto período de tempo, no mesmo espaço, onde representam os símbolos que são inerentes ao meio que vivenciam, desfrutam e alteram suas identidades e ações.

Sendo assim, as teorias estudadas nas escolas devem atender as necessidades de todos os envolvidos, de modo a não torná-los somente contemplativos, pois esses conteúdos devem estar relacionados com as vivências e conhecimentos dos sujeitos tanto cultural como de sua realidade que se observa fora do ambiente escolar.

A escola é um local para se exercitar o aprendizado das relações éticas, do respeito aos direitos e da compreensão da alteridade. Mas não é tão fácil cumprir esse papel, seja pela ausência de políticas públicas condizentes com suas necessidades, seja em virtude da priorização dos trabalhos em outra direção, ou

mesmo pela concepção de educação e conceitos acerca de suas funções e finalidades.

A escola é um espaço coletivo onde se convive com variadas e complexas relações. Em vista disso, também oferece condições de aprendizado sobre a vivência e a convivência dessas relações. Portanto, pode ser um ambiente garantidor e disseminador de direitos, uma vez que o próprio espaço proporciona debates, conhecimentos, troca de experiências, pois a diversidade é ligada ao mundo da educação.

A escola é um espaço sociocultural, percebida como um ambiente social favorável, tendo condições e possibilidades de aumentar a qualidade de vida não somente dos alunos, mas de toda a comunidade, podendo ser utilizada como um ambiente de socialização para as famílias e a comunidade.

As escolas ainda não contam, em grande maioria, com um profissional capacitado para trabalhar as relações decorrentes do cotidiano. Dessa forma, a inserção dos Assistentes Sociais tem um papel estratégico fundamental, para contribuir não somente na questão de direitos e violência, mas na articulação do espaço escolar com as demais políticas voltadas para as crianças e adolescentes e também ao cotidiano Institucional enquanto espaço de democracia.

De acordo com CFESS (2011) as questões sociais a serem trabalhadas pelo Assistente Social na escola são: evasão escolar, desinteresse pelo aprendizado, problemas com disciplina, insubordinação a qualquer limite ou regra escolar, vulnerabilidade às drogas e atitudes e comportamentos agressivos e violentos.

Ao se referir aos aspectos da realidade, reconhece-se a importância da atuação de profissionais tecnicamente capacitados como Assistentes Sociais para atuar neste processo. Observa-se que situações e demandas sociais que emergem na instituição escolar, vão além do campo pedagógico, e requerem destes profissionais a apropriação e conhecimento para que de fato, seja realizada uma intervenção de maneira ética e qualificada.

Por mais que sejam realizados alguns procedimentos na escola, é necessária a realização de um trabalho interdisciplinar juntamente com outros profissionais, e não somente técnicos educacionais, para que juntos possam realizar um atendimento que dê respostas a todos os tipos de situações apresentadas.



Nesse sentido, o Assistente Social, no âmbito escolar, precisam construir estratégias que busquem a diminuição e eliminação das problemáticas deste universo.

Em algumas das expressões do universo escolar é evidenciado que apenas o acesso à escola não é um fator determinante de inclusão e cidadania. Pois, apesar de se tratar de uma política de direito universal, o que não alcança de forma efetiva o que é proposto na Constituição Federal de 1988, no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Uma das características da prática profissional do Assistente Social, que não está restrita ao âmbito da política de educação, mas se faz presente nela, é a mobilização das equipes, dos alunos, famílias e comunidade, para uma proposta de ação partilhada e coletiva.

O ingresso e a permanência da criança e do adolescente na escola estão intimamente ligados à tríade escola-família-comunidade, então, é urgente o trabalho nessa perspectiva.

O Assistente Social, em sua formação profissional e em suas competências, adquire esse saber e se capacita para realizá-lo no cotidiano das suas práticas inerentes ao conhecimento próprio da profissão, possibilitando essa articulação tão necessária nos tempos atuais.

Garantir a inter-relação entre as Políticas Públicas e Sociais, especificamente envolvendo a educação com as demais políticas setoriais, principalmente as da assistência social e a saúde é uma tarefa peculiar ao exercício profissional do Assistente Social, pelo acúmulo teórico que possui e a larga experiência no campo das políticas sociais.

Salienta-se ainda que, no atual ordenamento jurídico, em especial a Política de Assistência Social, esta demanda de articulação é uma linha de mão dupla: tanto a escola precisa do apoio da rede de proteção social para atender seus usuários e responder efetivamente a sua função educativa, como as redes de atendimento precisam sintonizar-se com as condições que ocorre no processo educativo desencadeado pela instituição escolar.

Esta intervenção tem como ponto fundamental a função pedagógica que este profissional está capacitado para realizar, embasado principalmente em seu Código de Ética, atuando na defesa da democracia, e vinculado a projetos que visam à

construção de uma nova ordem societária estabelecida a partir da mobilização social deste espaço educacional.

Nesse mesmo sentido, as intervenções desses profissionais são direcionadas para a efetivação de direitos. Assim, trabalhar com os Conselhos de políticas e de direitos nos diversos espaços ocupacionais materializa o acesso do conhecimento, da informação podendo se efetivar nesses espaços, ações que contemplem o cumprimento ou até mesmo as reformulações dos diversos códigos e estatutos que preconizam a garantia de direitos individuais e coletivos.

Segundo Iamamoto (1998), os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas variadas expressões cotidiana, tais como os indivíduos as experimentam: No trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência pública e na área educacional.

O Serviço Social como profissão institucionalizada está atrelado à questão social. Portanto, os Assistentes sociais têm na questão social, os fundamentos sócio-históricos que permitem sua ação, e possui nas necessidades da comunidade escolar, nas desigualdades sociais, nas formas de reprodução e produção da vida social, seu fundamental aspecto interventivo.

A escola é uma instituição de poder onde as questões sociais se apresentam cotidianamente, gerando conflitos entre todos os segmentos envolvidos: professores, alunos, famílias, comunidade, estado. A escola não pode ser pensada independente do modo de vida e de produção das condições de existência em seu conjunto, ou seja, de uma estrutura social determinada, contraditória e em movimento. Deve ser pensada sempre tendo como referência a sociedade concreta da qual é parte integrante e indispensável, isto é, o conjunto das relações sociais próprias do capitalismo. (SOUZA, 1995, p. 187).

Nesse sentido, pensar a escola significa considerar as relações sociais que a rodeiam. E é no cotidiano da vida dos indivíduos que o assistente social efetiva sua intervenção.

De acordo com Iamamoto & Carvalho (2009) o Assistente Social atua no campo social a partir de aspectos particulares da situação de vida da classe trabalhadora, relativos à saúde, moradia, educação e relações familiares. É a partir dessas expressões concretas das relações sociais no cotidiano da vida dos indivíduos e grupos que o profissional, efetiva sua intervenção.

Portanto, a escola necessita-se de um profissional habilitado para o enfrentamento e intervenção nessas expressões da questão social e é possível afirmar que o assistente social possui um olhar diferenciado. Pois ele é um aliado na área educacional na busca por uma educação de qualidade, construindo uma intervenção qualificada tendo como base os princípios éticos e fundamentais, o posicionamento a favor da universalidade de acesso aos direitos, bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais.

Segundo Faleiros (2010) o assistente social é habilitado para atuar no enfrentamento das mazelas sociais através do acompanhamento social das famílias, do fortalecimento dos vínculos das mesmas e do desenvolvimento de suas potencialidades a fim de alcançarem a emancipação social.

Nesse sentido, o assistente social no ambiente educacional irá contribuir para estimular os alunos, pais, e funcionários da escola a serem sujeitos autônomos e empoderados na luta pela efetivação de seus direitos.

O Assistente Social possui competências e atribuições diferenciadas dos pedagogos que já atuam nas escolas, com a possibilidade realizar visitas domiciliares, encaminhamentos e articulação com rede de serviços do município realizando um trabalho de parceria com a equipe.

A inserção do assistente social nas escolas, visto que o estreitamento da interface entre a política educacional com as outras políticas sociais setoriais têm historicamente levado ao reconhecimento da necessidade de uma atuação teórica e tecnicamente diferenciada daquela desempenhadas pelos professores e profissionais, de um modo geral.

De acordo com Santos (2000) a escola sendo um dos principais equipamentos sociais, tem sido desafiada a articular o conhecimento que é trabalhado no contexto escolar com a realidade social do aluno, em outras palavras, seus problemas e necessidades sociais.

Portanto, torna-se fundamental que a escola comece a conhecer a realidade social dos seus alunos, realizando a ponte entre família, escola e sociedade.

Segundo Amaro (1997) é inegável que a educação tem um papel preponderante na formação do cidadão e que só se constrói consciente e criticamente. Para tanto, é fundamental que a escola conheça a realidade social de seu aluno e encurte a distância que a separa, inclusive do universo familiar.

O Assistente Social além de ser o profissional qualificado para conhecer a realidade social e familiar do aluno, é capacitado para intervir em outros problemas sociais na área da educação. Como baixo rendimento escolar, evasão escolar, desinteresse pelo aprendizado, problemas com disciplina, insubordinação a qualquer limite ou regra escolar, vulnerabilidade às drogas e atitudes e comportamentos agressivos e violentos.

As entidades representativas do Serviço Social são o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e Associação Brasileira de Ensino em Serviço social (ABPESS) que vêm discutindo e acompanhando os avanços sobre o serviço social na Política de educação.

Uma das atribuições do Conselho Federal de Serviço Social, de acordo com o Artigo 8º da Lei 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social é orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS.

Sendo assim, de acordo com suas competências, o conjunto CFESS/ CRESS tem se mobilizado para debater e traçar subsídios sobre o serviço social na área de Educação, prestando assessoria através de debates e organização de encontros nacionais da categoria.

Segundo Martins (2012), são inúmeros os espaços ocupacionais em que o assistente social pode atuar, incluindo a área de Educação. E o significado político de inserir o Serviço Social na política de educação vincula-se à trajetória histórica desta profissão e ao seu acúmulo teórico e político em relação às políticas sociais, com a possibilidade de contribuir na luta pela educação pública de qualidade e como direito social.

Ressalta-se que CFESS/CRESS reconhece a educação como um campo de formação dos sujeitos que carece de posicionamento em favor da garantia dos direitos dos usuários, da socialização das informações com aqueles que partilham do espaço da educação e do fortalecimento do espaço da escola como lugar de exercício da democracia, do respeito à diversidade e de ampliação da cidadania.

Segundo Faleiros (2007) a cidadania se constitui no exercício dos direitos civis, políticos, sociais, ambientais e éticos, que foram construídos historicamente, através das leis, normas, costumes, convenções que fazem com que os indivíduos sejam reconhecidos como membros ativos de uma determinada sociedade. Podendo exigir

dela os seus direitos, ao mesmo tempo em que ela lhe exige determinados deveres comuns.

Portanto, o Assistente Social pode contribuir para o desenvolvimento de um sujeito conhecedor dos seus direitos, que se reconhece no processo de socialização, tornando-o cada vez mais independente nas suas decisões e na busca pela sua emancipação, ainda que numa sociedade de limites reais e objetivos.

A inserção na Política de Educação compreende para o Serviço Social uma possibilidade de cooperar para a efetivação do direito à educação por meio de ações que promovam o acesso e a permanência da população na escola, bem como a qualidade dos serviços na escola.

Para Gomes (2010), a inclusão do assistente social na educação justifica-se a partir de uma compreensão extensa do processo de ensinar e aprender, observando as dimensões cognitivas, afetivas e sociais.

A escola é um espaço para o indivíduo vivenciar experiências, socializar conhecimentos, informações, podendo ser considerada como mediadora dentro de um contexto social determinado. Além de sua função pedagógica é também formadora de opiniões possibilitando aos alunos capacidades de análises reflexivas e críticas e de uma vida participativa. É importante deixar claro, que o Assistente Social que está inserido nesse espaço deve ter clareza na opção do seu “projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2001, p. 24).

Portanto, pode-se concluir que a área de educação não é um campo novo de atuação para o Serviço Social e que a relação Serviço Social e Educação possui uma vasta relação histórica. Todavia ainda se tem muito a percorrer para que se amplie esse espaço ocupacional, e as entidades representativas da profissão estão empenhando fielmente para que se aumentem assistentes sociais atuando nas secretarias de educação e nas escolas. Como também tem acompanhado de perto a tramitação dos Projetos de Lei que defendem tal inserção.

### **3.3. FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA COMO UM DIREITO SOCIAL**

De acordo com Yazbek (2006) o surgimento do Serviço Social como profissão na sociedade brasileira, seu assalariamento e a ocupação de um espaço na divisão social e técnica do trabalho, bem como sua estruturação de um mercado de trabalho

particular, é resultante de relações históricas sociais, políticas e econômicas que moldem sua necessidade social e definem os seus usuários.

Sendo assim, os serviços sociais foram implementados para atender exigências da classe trabalhadora, todavia a principal motivação do Estado e empresariado era de dominação, através das ações socioeducativas dos assistentes sociais, como também possuíam um cunho político e econômico.

A Política Educacional pertence ao grupo de Políticas Públicas Sociais do Brasil. As políticas Públicas são de responsabilidade do Estado e estas envolvem todos os grupos de necessidades da sociedade civil, que são as Políticas Sociais, estas determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas em princípio, à redistribuição dos benefícios sociais entre os quais se encontra a educação pública gratuita de acesso universal (INEP, 2006, p. 165).

O assistente social na Política Pública de Educação contribui para que a escola execute sua função social, de proteção de direitos fundamentais da criança e do adolescente, como assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente.

É na escola, que o assistente social poderá promover o encontro da educação com a realidade social, através da abordagem totalizante das dificuldades e necessidades dos estudantes, como por exemplo, atitudes e comportamentos agressivos e violentos; Bullying; Vulnerabilidade às drogas; Evasão escolar; Baixo rendimento escolar; Desinteresse pelo aprendizado; Problemas com disciplina; Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar; Falta de acesso aos serviços sociais.

Cabe ao profissional de Serviço Social direcionar suas ações para inserir as famílias nas redes sociais secundárias. Pois essa rede de serviços tem a responsabilidade de assegurar condições protetivas às famílias, na perspectiva de efetivação de direitos.

De acordo com Behring & Boschetti (2006), o desenvolvimento das políticas sociais públicas de proteção aos indivíduos se caracterizara de forma setorializada e desarticulada, assumindo características hierarquizadas e centralizadoras.

O assistente social inserido no âmbito escolar deve traçar estratégias de intervenção e utilizar de sua instrumentalidade para intervir nos problemas sociais apresentados.

Segundo Guerra (2000), a instrumentalidade permite que os assistentes sociais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. Como também, é por meio desta competência, adquirida na prática profissional, que os assistentes sociais alteram as condições e relações existentes no cotidiano.

Diante disso, é importante ressaltar que quando os assistentes sociais instituem, utilizam ou adaptam às condições existentes, transformando-as em instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas práticas passam a ser portadoras de instrumentalidade. Sendo que a instrumentalidade é condição imprescindível de todo trabalho social e também é categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho.

No que tange às atribuições e competências profissionais dos assistentes sociais inseridos em qualquer espaço sócio-ocupacional, suas ações serão orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP) e na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Tais competências e atribuições afirmam a concepção de projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro, devendo ser observados e respeitados por todos da categoria, bem como pelas instituições empregadoras. Já as atribuições dos assistentes sociais dizem respeito às funções que são privativas do exercício profissional do Serviço Social, isto é, exclusivas da categoria.

De acordo com ABEPSS (1996) as competências e atribuições dos assistentes sociais com base na Lei de Regulamentação da Profissão, requisitam do profissional algumas competências gerais que são fundamentais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa sua intervenção. São elas:

- Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais;
- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

Diante disso, o Assistente social frente às demandas que o cotidiano escolar apresenta deve utilizar dessas capacidades para uma intervenção qualificada. Com suas ações orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Tendo suas práticas profissionais comprometidas com o Projeto ético Político da profissão.

O Assistente Social possui a potencialidade e a possibilidade de realizar atividades como:

- Assembleias com as famílias para aproximá-los do processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, como também para integrá-los na dinâmica escolar, estimulando sua participação;
- Trabalho de planejamento e estratégias com equipe técnica – pedagógica para intervenção nas situações sociais específicas que necessitam de um acompanhamento individual;
- Organizar e realizar encontros com o corpo docente para debater aspectos da realidade social das famílias, criando e planejando novas estratégias no processo pedagógico;
- Socializar o Estatuto da Criança e do Adolescente no espaço escolar, promovendo momentos de reflexão, orientação e esclarecimentos para Diretores, professores, alunos, orientadores e pessoal de apoio.

De acordo com Santos (2008) o Serviço Social inserido em âmbito educacional deve contribuir, com ações que proporcionem uma educação inclusiva, de formação para a cidadania e emancipação dos sujeitos sociais. Sob esta perspectiva, tanto escola quanto Serviço Social, precisam trabalhar a educação no sentido da construção de consciências críticas capazes de constituir indivíduos conscientes agentes de sua própria história.

Para isso, o profissional de Serviço Social inserido em âmbito escolar dever ter consciência de que não desenvolverá ações que substituirão as desempenhadas por profissionais específicos da área.



A contribuição do Serviço Social com a educação está no sentido de subsidiar e auxiliar a escola e demais profissionais da área, ao enfrentamento das múltiplas expressões da questão social.

Um dos principais compromissos que o Serviço Social terá com a Política de Educação está vinculado à garantia de direitos, por meio da possibilidade de superação das dificuldades vivenciadas por educandos e suas famílias.

A inserção do assistente social nas escolas contribuirá para que haja a superação das contradições e dificuldades individuais e coletivas que os estudantes, pais e professores enfrentam em seu cotidiano. Fazendo com que haja a socialização destas contradições e dificuldades e assim juntamente com a equipe escolar criar estratégias de intervenção que possam garantir melhores condições de vida para todos os participantes do ambiente escolar (SILVA, 2012, p. 15).

Portanto, o Serviço Social na educação atuará em equipes interdisciplinares, por meio da utilização de diferentes saberes e formações profissionais, no sentido de promoção de uma visão de totalidade dos processos sociais. Deste modo, seu objetivo em âmbito educacional será o de contribuir com outros profissionais da área, na resolução da problemática social existentes neste campo que perpassa também o âmbito das comunidades e o cotidiano das famílias, através de encaminhamentos, orientações, informações, projetos, dentre outros.

Segundo Scandelai & Cardoso (2005) o assistente social inserido na escola poderá promover palestras, atendimentos individuais e grupais com famílias e equipes escolares, por meio de ações que promovam a superação das contradições e dificuldades que cada sujeito e suas respectivas famílias tenham, bem como a promoção do conhecimento sobre os direitos sociais.

Dentre as várias contribuições possíveis que o Serviço Social poderá proporcionar a Política de Educação, a articulação entre a família dos educandos e o ambiente escolar se constitui uma das mais importantes.

Pois, o assistente social através de ações e trabalho em grupos de pais, poderá intervir na família no sentido de destacar a importância da relação entre estes. E também identificar através de diagnóstico social fatores sociais, culturais e econômicos determinantes a problemáticas existentes no campo da educação, como também executar um trabalho preventivo.

Dentro da escola, o Serviço Social terá a oportunidade de proporcionar um novo olhar em relação às problemáticas vividas sempre indo na direção da prevenção e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Trabalhados a partir do desenvolvimento de atividades que possibilitem à promoção da superação da realidade, através do atendimento assistencial articulado a atuação profissional e as famílias, por meio da discussão de temas relativos às suas realidades e respectivamente garantir a promoção do conhecimento sobre seus direitos.

Para Piana (2009) o ambiente escolar tem se materializado como espaço importante e essencial para o desempenho do profissional de Serviço Social, pelo fato deste campo ser um espaço de inclusão social, de garantias de direitos e universalidade dos serviços, com qualidade de atendimento, um campo de instância de gestão democrática. O que sinaliza a importância e a necessidade de proporcionar formas diversas de participação da comunidade, no processo de organização e funcionamento desta política.

O Serviço Social inserido na educação não será solucionador de conflitos, transformador de consciência, adaptador das ordens. Mas será um profissional especializado com competência crítica, teórica, técnica e metodológica capaz de contribuir na prevenção do conflito, revolucionar consciência, instigar reflexões e debates sobre o papel da escola, da educação na sociedade (SOUZA, 2008, p. 68).

Portanto, o assistente social no âmbito escolar deverá adotar um perfil social e educativo, na direção de uma atuação aliada a outras forças profissionais existentes neste âmbito.

Existem vários espaços ocupacionais que os profissionais de Serviço Social podem atuar como assistência social, a educação, saúde, previdência social, habitação, e outras áreas que vem surgindo com o passar do tempo, por consequência das constantes modificações e o maior reconhecimento da profissão.

Com o reconhecimento e ampliação do campo de atuação do Assistente Social, vem se exigindo cada vez mais um profissional comprometido com sua ação, capacitado, que busca novos conhecimentos, atualizando-se constantemente, para melhor compreensão da realidade. Para assim intervir através de métodos, técnicas e instrumentos, que lhe possibilite uma visão de totalidade.

O Serviço Social é uma profissão que possui o seu Código de Ética Profissional, tendo como valor central a liberdade, o qual norteia os outros onze

princípios, como a democracia, autonomia, equidade e justiça social, pluralismo e outros.

A categoria profissional, após lutas que duraram décadas, conquistou-se o Projeto Ético Político do Serviço Social (PEPSS), que tem como base um comprometimento com a sociedade, contribuindo com a garantia e defesa dos direitos, da democracia e para o preparo do exercício da cidadania.

Um projeto profissional constitui-se como um guia para ação, posto que estabeleça finalidade ou resultados ideais para o exercício profissional e as formas de concretizá-los. Seu âmbito é da sistematização em nível da consciência que se tem dos processos e práticas sociais, das finalidades propostas e dos meios para sua realização. Para tanto, faz-se necessária uma problematização crítica sobre as tendências e perspectivas teóricas, metodológicas, éticas, políticas e operativas existentes no interior da profissão (GUERRA, 2007, p. 50).

Dessa forma, o Assistente Social passa ser reconhecido como um educador social, com formação teórica nas relações sociais.

Segundo Rios (2005) um educador competente é um educador comprometido com a construção de uma sociedade justa, democrática, no qual saber e poder tenham equivalência enquanto elementos de interferência no real e organização, entre os homens. A ideia de poder, entretanto, é frequentemente associada apenas à de dominação, porque é assim que ele tem sido exercício, particularmente na sociedade brasileira hoje.

O Assistente Social é um profissional qualificado de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, cujo objetivo de intervenção é as expressões multifacetadas da questão social, com atuação investigativa, através de pesquisa e análise da realidade social. Atuando na formulação, execução e avaliação de serviços, programas e políticas sociais visando à efetivação, defesa e ampliação dos direitos humanos e a justiça social.

De acordo com Iamamoto (2009) o objeto de trabalho dos assistentes sociais é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidades da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, à luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria prima ou o objeto do trabalho profissional.

O profissional do serviço social atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, sua prática é

pautada na realidade social, sendo necessária a compreensão do cotidiano e uma consciência das lutas de classes, o que torna possível enxergar a sociedade como um todo. Na construção de mediações essa prática perpassa pelos valores, comportamentos e atitudes dos usuários, na transformação da realidade social.

Atualmente, a profissão vem realizando discussões e debates para aprovação da atuação do Assistente Social no âmbito da política educacional, visto que a educação é um direito social e o objetivo do Serviço Social é garantia e efetivação desses direitos.

A inserção do Serviço Social no âmbito da política educacional no contexto contemporâneo parte do pressuposto de que nas últimas décadas, o processo de produção capitalista em seu estágio mais recente, sofreu profundas transformações, visando, em última instância, manter a hegemonia do capital. Estas mudanças no processo produtivo bem como nas relações de trabalho, vinculadas ao mote da 'flexibilização', provocaram alterações na esfera da educação e da cultura, visando atender um novo perfil de trabalhado e exigido pelo mundo do trabalho (MARTINS, 2012, p. 19).

O assistente social, portanto, vem para somar esforços com os educadores na luta para efetivar a educação como um direito social, incluindo principalmente aqueles que sofrem com as desigualdades sociais presentes na sociedade.

Assim, o Assistente Social inserido na escola trabalha para o pleno desenvolvimento do indivíduo, atuando não somente com as crianças, mas também com as famílias na totalidade com um trabalho educativo, buscando superar as questões sociais impostas e emancipá-las.

Contudo, o Serviço Social deve atuar na própria realidade escolar como também junto às famílias, que para tanto deverá conhecer, primeiramente, a história e alterações sofridas nesta instituição, para melhor entendimento de sua intervenção no cotidiano educacional, buscando a efetivação do direito à educação dos filhos e das famílias.

Segundo Souza (2008) no atual projeto das políticas educacionais, a escola e seus profissionais, para cumprir sua função social, precisam de competência, eficiência e autonomia, trabalhando o conhecimento, o currículo, desenvolvendo o seu Projeto Político-Pedagógico em articulação com as várias instâncias sociais e com os interessados e aliados da causa educacional.

A escola é um dos principais equipamentos sociais, pois reúne num mesmo espaço, diferentes sujeitos sociais, que apresentam inúmeras questões sociais presente na sociedade. Se tornando um espaço em que se podem trabalhar essas questões na tentativa de garantir os direitos sociais dos alunos enquanto cidadãos.

Para Santos (2011) a escola tem sido desafiada a articular o conhecimento trabalhado no contexto escolar com a realidade social do aluno, ou seja, seus problemas e necessidades sociais se tornam essenciais para que a escola conheça a realidade social dos seus alunos, assim como da comunidade em que está inserida.

O direito a educação para todas as crianças e adolescentes está assegurado tanto na Constituição Federal de 1988, como no ECA, sendo de responsabilidade do Estado sua oferta.

Uma vez que o direito de frequentar a escola é para todos, dentro das escolas temos um público formado por diferentes classes sociais, que trazem diferentes problemas e conflitos sociais.

O direito de todos à educação decorria do tipo de sociedade correspondente aos interesses da nova classe que se consolidara no poder: a burguesia. Tratava-se, pois, de construir uma sociedade democrática, de consolidar a democracia burguesa.

A escola ganha um papel social de difundir os conhecimentos acumulados pela humanidade. Contudo, a escola principalmente as públicas, são um espaço democrático dentro da sociedade e tem como função social preparar os alunos para a vida, capazes de desenvolver o pensamento crítico sobre os acontecimentos globais.

Segundo Saviani (2008) existe teorias que entendem a educação como um instrumento de equalização social, ou seja, superação da marginalidade, e outras que entendem a educação como um instrumento de discriminação social, ou marginalização.

Assim, para o primeiro grupo a sociedade é concebida como essencialmente harmoniosa, tendendo à integração de seus membros. A marginalidade é, pois, um fenômeno acidental que afeta individualmente a um número maior ou menor de seus membros o que, no entanto, constitui um desvio, uma distorção que não só pode como deve ser corrigida.

Já o segundo grupo de teorias concebe a sociedade como sendo essencialmente marcada pela divisão entre grupos ou classes antagônicas que se relacionam à base da força, a qual se manifesta fundamentalmente nas condições de produção da vida material.

Segundo Saviani (2011) a educação é como um instrumento, como um meio, como uma via através da qual o homem se torna plenamente homem apropriando-se da cultura, isto é, a produção humana historicamente acumulada.

Portanto, a função social da escola é garantir que os alunos se tornem indivíduos livres, conscientes, críticos, cidadãos, e não apenas produtora de mão de obra. Seu objetivo deve ser formar o aluno para a vida e não apenas para ingressar no mercado de trabalho.

Segundo Mészáros (2005) a educação deve qualificar para a vida, e não para o mercado, como está impregnado na ideologia capitalista, como mercadoria, um negócio.

Para ele a crise educacional não resulta apenas da modificação política dos processos educacionais, mas da reprodução da estrutura dos valores que perpetuam a ideologia da sociedade mercantil. Por isso, é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente.

A escola é considerada como um dos principais meios de transformação social, devido ao processo de conscientização e reflexão do homem em relação ao meio em que vive.

Portanto, a escola também pode ser transformadora desde que os sujeitos que a integram tenham clareza, compreendam o movimento da realidade e construam uma ação transformadora que vise à verdadeira socialização dos bens materiais produzidos pela humanidade.

É importante salientar que embora a principal função da escola seja fornecer dados cognitivos, instruir ou informar, tem importante papel também na formação das atitudes do educando, na sua personalidade, e na socialização com outros grupos da sociedade, através de experiências vividas com colegas e professores.

A função da escola é o desenvolver das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos que, deve acontecer de maneira contextualizada desenvolvendo nos discentes a capacidade de

tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem. Com o desafio de fazer do ambiente escolar um meio que favoreça o aprendizado, onde a escola deixe de ser apenas um ponto de encontro e passe a ser, além disso, encontro com o saber com descobertas de forma prazerosa e funcional.

Sendo assim, o desempenho da função social da escola resulta na formação dos sujeitos, possibilitando a construção da socialização de conhecimentos vivos, acompanhando as transformações sociais e interagindo com os mesmos na sociedade, colocando-os como sujeitos de suas ações, escolhas, seres que possuem vontades, ideias e opiniões próprias.

É uma das portas abertas para a cidadania, socialização e reflexão, que proporciona profunda e lenta aprendizagem, prepara para a participação de todos em uma sociedade inclusiva e segura. Liberta formando indivíduos críticos, para reproduzir e revolucionar.

#### **4 POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA NA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR**

Será mostrado o Serviço Social como profissão interventiva e sua atuação junto às instituições escola e família e sua função de proteção aos tutelados e o papel do Serviço Social. Além das atribuições e competências do Serviço Social e às demandas existentes no âmbito da educação apontando as ações, atribuições e competências que o assistente social poderá desempenhar na escola e que contribuirá ao enfrentamento das expressões da questão social presentes neste contexto.

##### **4.1. AS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL NO ÂMBITO ESCOLAR**

Um dos impactos mais frequentes no âmbito escolar é o aumento do índice de abandono e evasão escolar provocando grande preocupação nos professores. Quando não tem a evasão total te aqueles educandos que passam um enorme tempo sem ir á escola, sendo que nesse período o aprendizado é totalmente

afetado, considerando que as matérias do ano letivo terem um prosseguimento lógico.

No método de alfabetização em que por inúmeros motivos, quer seja familiar, de saúde ou econômico muitas vezes o educando acaba perdendo conteúdos e prejudicando o aprendizado. Lamentavelmente essa é a realidade de vários estudantes das escolas públicas que param de ir a escola por não ter recursos econômicos para se locomover até a instituição escolar ou por não ter um adulto que o leve. Muito se debate acerca da obrigatoriedade da educação gratuita, vagas para todos, mas é preciso mais que oferta, e garantia da permanência para que aconteça educação de qualidade.

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (2005) diz que: A proteção social de assistência social se ocupa das vulnerabilidades, fragilidades, vitimizações, contingências e riscos que o indivíduo, e seus familiares enfrentam no decorrer do trajeto do seu ciclo de vida por consequência de exigências políticas, econômicas, sociais e de danos à dignidade humana (BRASIL, p. 16).

A NOB evidencia o atendimento às famílias que estão em condições de vulnerabilidade social especificado na proteção social básica, isto é, que são ações preventivas. Desse modo entra a participação da instituição escolar não só em entender as condições da vulnerabilidade na mesma, mas de ser apta a desenvolver ações preventas, de intervir e reconhecer.

A realidade dos indivíduos em situação de risco social e vulnerabilidade, os espaços pedagógicos, que os atendem, pedem por um desenvolvimento de uma educação que ande no objetivo da atividade. De maneira a posicioná-los como indivíduos incluídos, através de uma Pedagogia comprometida com a modificação social e com base nos direitos humanos. Refletir a educação para a autonomia e inclusão social é indispensável aos indivíduos que se estão em estado de vulnerabilidade e risco social. Passa por uma reflexão, que associa com a necessidade de se desenvolver no interior dos ambientes educacionais, principalmente, o escolar, comportamentos, relações, valores, processos, acesso a conhecimentos culturais e históricos que apontem para a superação do medo, da injustiça e da violência exigida pelos sistemas de exclusão. Que nestes se efetue um ensino que tenha objetivo social, que resulte em atividades conscientes e permitam que esta atividade transforme os indivíduos (VASCONCELOS, 2015, p. 94).

O direito a uma educação de qualidade está ligado a outros direitos, haja vista ser obrigado outros recursos para o acesso, além das oportunidades para o aprendizado e as habilidades próprias ao desenvolvimento dos indivíduos. Como a



questão emocional e a instabilidade das relações afetivas dos meios sociais no qual esse educando convive, das condições da alimentação, da moradia; todos são elementos que irão refletir no desempenho acadêmico.

Os vulneráveis à renda são literalmente relacionados aos vulneráveis à educação de base. O estudo desse movimento propiciou demonstrar que os grupos sociais sem capacidades e necessidades materiais básicas, apontam uma imunidade muito baixa para o combate das atrapalhões da vida. Uma vez mostrados, tornam-se vítimas fáceis da marginalidade, de se envolver no mundo do tráfico e de ser usuário de drogas, além de todo tipo de agressões, abrindo cada vez mais o danificado tecido constitutivo da comunidade brasileira (OLIVEIRA, 2015, p. 237).

Ainda que precisem de intervenção do Estado no combate as dificuldades sociais e a efetivação de políticas públicas direcionadas a infância e juventude para o melhoramento educacional do desenvolvimento dos educandos em inúmeros aspectos, a instituição escolar pode e deve fazer trabalhos objetivando contribuir no combate das dificuldades sociais. Através de projetos pedagógicos, palestras e gincanas. Contudo a finalidade é provocar nos educandos aprendizado e medidas preventivas no combate a evasão escolar, gravidez na adolescência, uso de drogas e envolvimento com a criminalidade.

A vulnerabilidade social tem consequências na vida das pessoas em todas as etapas do desenvolvimento na infância, as vulnerabilidades estão relacionadas à falta de cuidados e amparo, de abandono, e a saúde. Infelizmente, esses problemas não acabam na infância, pois também é muito comum na adolescência.

A adolescência é uma fase vulnerável para muitos, porque é um ciclo do desenvolvimento em que acontecem alterações psicológicas e físicas, É quando o cidadão começa a ser independente dos pais e passa a dar mais valor aos parceiros; é também quando a pessoa quer explorar uma diversidade de situações que ainda não sabe como lidar. Dessa forma, o adolescente pode não conseguir falar não a um amigo que ele estima e que está lhe ofertando drogas. (SAPIENZA & PEDROMÔNICO, 2005, p.210).

Em relação ao abandono, o adolescente se apresenta de diversas formas. Há o abandono camuflado, que ocorre na realidade, mas não nomeadamente. É um abandono dolorido porque, mesmo não sendo, elas aparentam ter família, mas não tem vínculos, afetivo, de proteção, de cuidado e de responsabilidade, porque o pai ou a mãe não assumem verdadeiramente o seu papel, dificuldades se estendem a etapa da adolescência resultando em mais dificuldades sociais.

Segundo as Orientações Técnicas do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), “a vulnerabilidade se refere à capacidade de combater as forças que atingem o bem-estar do indivíduo, família ou população, ou seja, ao monitoramento de ativos, abrangendo recursos físicos, como poupança, bens duráveis e moradia; humanos, como educação, saúde e trabalho; sociais, como acesso à informação e redes de contatos”. Isto é a vulnerabilidade torna os indivíduos incapazes de modificar a sua condição atual e de lutar pelos seus direitos, levando-as a situações precárias de sobrevivência.

A vulnerabilidade social é a preocupação de diversos âmbitos, desde a saúde à movimentos sociais e detectar grupos em condições de risco requer considerar vários fatores e condições, dentre elas os aspectos psicológicos, culturais e sociais. A identificação de indivíduos em situação de vulnerabilidade escolar propicia construir estratégias para encarar esse cenário de conflito (BENATTO, 2016, p. 18).

Para Mool (2008, p. 23) “a vulnerabilidade é marcada pelas violências físicas e simbólicas, em uma sociedade desigual, onde as possibilidades de acesso à tecnologia, à cultura e à ciência estão relacionadas ao pertencimento de gênero, de classe e orientação sexual”.

Ou seja, a variedade da face da vulnerabilidade abre um monte de brechas para identificarmos quais são as necessidades dos indivíduos que estão em situação de risco, por isso a escola necessita considerar e desenvolver propostas que se preocupem com as pessoas vindas destes espaços.

Para tanto, é necessário realizar o diagnóstico da condição de risco na qual o adolescente e a criança se encontram. E perceber de que modo o dia a dia das mesmas influenciam na sua aprendizagem e desenvolvimento e até que ponto o que ocorre em seu redor influencia no seu aprendizado e como os casos de conflito vão desempenhar no seu cotidiano. A negativa das questões estruturantes que o indivíduo necessita para sua vida, como a saúde, educação, cultura, lazer e saúde, desenvolve e gera uma situação de perigo e torna essas pessoas mais sujeitas a praticarem delitos e a ser exposta a condição de perigo.

É necessário que o Estado crie políticas públicas de combate à desigualdade social e a pobreza, para os indivíduos que estão em condição de vulnerabilidade social. Porque com a ausência destas existe uma dificuldade maior em sair da zona

de pobreza, pois é por meio das lutas sociais e garantia de direitos que podem mudar sua situação e assim se tornar indivíduos autônomos.

Uma das estratégias de transformação para o indivíduo se faz por meio da educação. A escola é uma organização formal na qual todas as pessoas começam a desenvolver seus aprendizados e conhecimentos. Com isso, o modo em que a instituição escolar organiza seus programas de ensino, o projeto político pedagógico e o plano de ação da gestão são recursos que a gestão tem para gerar possibilidades no qual consigam construir um projeto de educação que abrange a diversidade da comunidade escolar. Com essa finalidade a construção de uma ferramenta com a vontade de dar respostas a esta condição requer intervenções voltadas às famílias aos professores e aos alunos. (RAMIREZ e CRUZ, 2009, p. 82).

Caso os projetos vivenciados na instituição escolar não consigam resolver as demandas do indivíduo que nela se encontram, eles ficarão vulneráveis às violências e desamparos do seu dia a dia, expostos à vulnerabilidade, e os indivíduos em situação de fragilidade:

A pobreza vira um elemento de risco uma vez que leva a realização de delitos, gerando consequências diretas e indiretas para os familiares. Esta condição colabora para o risco social pela condição de carência em que se encontram inúmeras famílias brasileiras. [...] Desse modo, sobra menos tempo, disposição, e menos energia para que a família faça as tarefas parentais de maneira eficaz, como proteger, monitorar, cuidar, monitorar e disciplinar seus descendentes. Sendo assim famílias nessas situações podem, então, ser vistas como famílias vulneráveis, frágeis para realizar suas funções essenciais, que são o atendimento das precisões básicas de seus filhos (RAMIREZ e CRUZ, 2009, p.85).

No campo acadêmico um dos enormes desafios que encontramos quando vemos as crianças em condição de vulnerabilidade social e abandonadas pela família e pelo Estado é que frequentemente os indivíduos ficam desacreditados da escola e de si mesmo e conseqüentemente se evadem da instituição escolar.

Deste modo, é crucial que a influência da vulnerabilidade social na instituição escolar seja reconhecida pela equipe pedagógica, para que estes interfiram. Pois, se não existir um trabalho articulado da direção escolar com os outros profissionais no intuito de buscar estratégias para enfrentar essa problemática, pode acontecer o fracasso escolar.

Portanto, é necessário que a equipe pedagógica e gestora atuem em diversas áreas da escola para que sejam investigados os problemas que possam aparecer no

seu dia a dia escolar como a evasão escolar e a vulnerabilidade social. Para que assim consigam analisar e planejar as estratégias para poder lidar com a situação.

O assistente social é um profissional que possui como seu instrumento de intervenção as necessidades sociais, onde tem que intervir nas manifestações da questão social. Estas manifestações rebatem no âmbito do trabalho como uma consequência do sistema que constitui o capitalismo, surgindo no cidadão individual e coletivo em estado de vulnerabilidade pessoal e social. É no contexto familiar que se encontram o maior número de demandas, e é nela também que tem que intervir o assistente social. (SANTOS, 2012, p. 126).

Quando chega à idade escolar, a criança continua sua aprendizagem em relação à convivência social, no entanto, a criança que chega à escola, carrega com ela uma história de vida; a realidade vivida no âmbito familiar ou na sua comunidade, e isso não podem ser consideradas como um obstáculo para que o trabalho social e educacional da instituição escolar seja efetivado.

As dificuldades na escola podem ser estruturais, pedagógicas, de relacionamento entre os próprios profissionais ou com os educandos, ou somente entre os próprios alunos, além de casos de violência, problemas familiares e drogas dentre vários outros que ultrapassam a capacidade de intermediação da dimensão pedagógica das salas de aula. Sendo que para algumas dessas dificuldades, a ampliação dos recursos humanos, capacitação dos profissionais e mais investimentos financeiros dos profissionais, poderiam amenizar ou até mesmo resolvê-las.

Já no que se refere às dificuldades vindas de uma realidade que extrapola os muros da instituição escolar, como a violência, é preciso à intervenção de um profissional apto. Que entenda até que ponto a realidade vivida no seio familiar, e na sua comunidade, pode intervir na postura ou no comportamento de um aluno e também do profissional dentro da escola. É neste ponto que é preciso a intervenção do assistente social dentro da escola.

A solução das problemáticas sociais que chegam ao ambiente escolar e pedem por ações eficazes e conjuntas, requer, sobretudo dos profissionais do Serviço Social, a procura de estratégias que garantam o acesso, regresso, permanência e êxito do aluno na escola; beneficiem o vínculo família-escola-comunidade, expandindo o espaço de participação destas na escola, originando a mesma no processo pedagógico; oportunizem a expansão da visão social dos indivíduos comprometidos com a educação, decifrando as questões sociais; promovam a conexão entre a educação e as demais políticas sociais e instituições do terceiro setor, formando

parcerias, possibilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos (SANTOS, 2012, p. 129).

O trabalho do assistente social no campo da educação pode e deve ir além de intermediação de conflitos, uma vez que na atualidade, a realidade que se apresenta no âmbito escolar transpassa essas questões.

Segundo Santos (2012, p. 127) a contribuição do trabalho profissional do Serviço Social aos trabalhadores da educação é no sentido de ajudar e facilitar o combate às questões sociais, que dificultam no aprendizado do educando, tais como uso de drogas, infrequência na escola, violência, brigas familiares, entre outros problemas.

Neste sentido, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), também defende o trabalho do Assistente Social na educação:

O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria de suas condições de enfrentamento da vida escolar. [...] A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc. Estas se constituem em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando conseqüentemente uma ação efetiva. (CFESS, 2001, p.12).

O fato é que a instituição escolar não pode mais ser vista somente como um lugar onde os alunos frequentam para aprender matérias como história, matemática e português. A escola também tem uma função muito relevante no desenvolvimento social de seus alunos, uma vez que é um local onde a diversidade se exige o aprender a se relacionar com o outro é primordial. A escola necessita se perceber como elemento integrante fundamental da rede de garantia de direitos dos alunos.

A constituição das políticas públicas de atenção às crianças e adolescentes, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, baseia-se na premissa de que estes são seres em desenvolvimento, sujeitos de direitos.<sup>52</sup> A condição peculiar de pessoa em desenvolvimento denota que estes não têm, ainda, a capacidade de garantir e lutar, sozinhos, pelos seus direitos. Por essa razão, necessitam de proteção especial e de garantias legais, além de dispositivos para normatizar ações práticas de atendimento. (SILVA; GUIMARÃES, 2009, p.179).

É de fundamental importância destacar que o trabalho das equipes multidisciplinares, formadas por profissionais especializados e com habilidades para trabalhar a realidade que se apresenta no dia a dia escolar, que muitas vezes extrapolam os muros da escola. Como o assistente social, por exemplo, que faz fundamental e urgente.

Todavia, as escolas como componentes da rede de garantia de direitos dos alunos devem ser aptas a reconhecer sua problemática e instituir uma comunicação mais efetiva com os outros organismos que integram a mesma rede. Para que deste modo, se estabeleça a integralidade e a integralidade entre as políticas de direitos.

#### **4.2. CONTRIBUIÇÕES PARA A PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA ESCOLAR**

A existência do assistente social no âmbito da educação se por volta da década de 1930. Mas foi no início da década de 1990 que se efetivou o processo de discussão acerca das políticas sociais como uma visão voltada para o Serviço Social. A partir deste momento o desenvolvimento do Projeto ético-político profissional foi essencial para a expansão do espaço do Serviço Social na educação, pois foi nesse instante que o profissional se reconhece e se auto reconhece como integrante da equipe multidisciplinar da educação.

Não basta reconhecer a educação como um novo local para ser inserido, mas sim reconhecer o trabalho do Assistente Social na área, tanto como reconhecer o lugar profissional e suas necessidades.

A Educação e Serviço Social são áreas afins, cada qual com sua especificidade, que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos político-pedagógico pautados sob a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade (SOUZA, 2005, p.39).

A introdução do Assistente Social na educação pública consiste em uma das maneiras de garantir a prática da cidadania ao educando, procurando a promoção da democracia, por meio da abertura de lugares de participação e comprometimento na realidade escolar, e uma delas atualmente é a violência no âmbito escolar.

Acredita-se que uma das maiores contribuições que o Serviço Social pode fazer na área educacional é a aproximação da família no contexto escolar. É intervindo na família, através do trabalho de grupo com os pais, que se mostra a importância da relação escola-aluno-família. O assistente social poderá diagnosticar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e, conseqüentemente, trabalhar com um método preventivo destes, no intuito de evitar que o ciclo se repita (SANTOS, 2005, p.44).

Sendo assim, o Assistente Social vem com a finalidade de ajudar as escolas no combate e prevenção da violência no âmbito escolar, pois atualmente o índice de violência tanto entre educandos e também entre estudantes e educadores tem aumentado muito. Não se tem mais uma divisão entre a instituição escolar e a violência das ruas, como o tráfico, confronto entre gangues, vandalismo, roubos, agressões e até assassinatos passaram a fazer parte da rotina escolar.

É preciso então considerar o fenômeno da violência a partir de uma visão política, social e histórica. Onde a violência escolar compreende-se como um método que se construiu de modo histórico.

A demanda do combate à violência na escola tem como objetivo aumentar a compreensão, formando uma consciência crítica acerca da violência e, assim, modificar a escola num local onde o conhecimento ocupa o lugar da força. O processo de combate à violência escolar tem que ser composta por um método de discussões e reflexões em seminários, grupos de estudos e oficinas que fala sobre os motivos da violência e suas manifestações.

Melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos; favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classe); ampliar o acervo de informações e conhecimentos, acercado social na comunidade escolar; estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da escola e com a comunidade; fortalecer as ações coletivas; efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias; maximizar a utilização dos recursos da comunidade; contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estágio adequado às novas exigências do perfil profissional (MARTINS, 1999, p. 70).

O Assistente Social tem como trabalho fundamental preparar e estimular alunos no âmbito escolar, assumindo sua função de cidadão, com um pensamento crítico, de modo individual, coletivo e para bem comum.

Segundo Martins (2007, p. 135) a função pedagógica do assistente social é no sentido de esclarecer e mostrar a realidade social em todos os seus meandros,

socializando informações que possibilitem a população ter uma visão crítica que contribua com a sua mobilização social visando à conquista dos seus direitos.

Então, com as atribuições do assistente social na educação na luta contra as expressões da questão social, e uma dessas expressões é a violência dentro das escolas. A violência nesse meio muitas vezes é a repercussão do que se vive na família, ou na comunidade, e se reflete no ambiente escolar, por violência física e psicológica. E assim na exclusão de adolescentes e crianças, onde muitos por serem vítimas de violência acabam abandonando a escola ou se tornando também praticante da violência.

A luta contra a violência na escola, não é atual e os primeiros estudos brasileiros datam da década de 1970, quando pedagogos e pesquisadores procuravam explicações para o crescimento das taxas de violência e crime. Primeiramente a violência nas escolas era marcada por destruição do patrimônio da escola, mas atualmente passou para violência física tanto entre os adolescentes e também com professores.

A violência não prejudica somente o aprendizado, mas desconfigura o papel da escola e por consequência “forma” indivíduos violentos ou omissos a violência. O enfrentamento a violência no meio escolar, ameniza consequências futuras, pois a realidade hoje é reflexo de ações que não tiveram atenção no passado. Ações de enfrentamento a violência nos dias atuais, terão benefícios futuros.

Tendo como objetivo realizar ações socioeducativas com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista promover a prevenção e o enfrentamento de expressões da violência no meio escolar.

Este projeto social teve como objetivo mostrar que é possível o enfrentamento da violência escolar. Através de programas que reforcem o principal compromisso da escola que é a na promoção da educação, da garantia de direitos, na formação de indivíduos com senso crítico, através de um projeto pedagógico, mas também com profissionais de outra área como serviço social e direito.

No primeiro momento o assistente social assume uma postura investigativa, que é na busca de reconhecer o ato de violência como se sua proporcionalidade no espaço, mas também a questão cultural, e assim realizando ações diretas na luta das expressões da questão social, e uma delas é a violência escolar.



Para alcançar uma educação sem atos de violência é necessário envolver aspectos relacionados à democracia, que na concepção de Tuvilla Rayo (2004) é requisito necessário para o exercício dos direitos humanos, para o pleno desenvolvimento da justiça social, e prevenção contra qualquer tipo de abuso.

Não esquecendo que nesta busca do fim da violência devemos respeitar as particularidades de cada indivíduo, respeitando as diferenças culturais, políticas, econômicas e sociais. Pois a luta contra a questão social e o processo de exclusão que a mesma realiza nos indivíduos também deve ser baseada na inclusão e não na exclusão, do diferente.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1994) as pesquisas feitas no Brasil chama a atenção na existência de uma tendência à naturalização da compreensão das violências nas instituições escolares. Por exemplo, as agressões verbais, os furtos e as brigas são considerados casos normais, sugerindo a banalização da violência e sua legalização, como ferramenta de solução de conflitos.

Essa pesquisa mostrou que o trabalho do Assistente Social é necessário nas instituições escolares, tendo que ser consideradas as transformações a qual população em geral vem sofrendo, que intervém de modo direto no método de aprendizado do aluno. Através das mudanças a instituição escolar assume uma nova função, onde se manifesta a necessidade de preparar o indivíduo para a sociedade capitalista, que se define por ser competitiva, individualista, onde requer mão de obra polivalente e qualificada, com inúmeras habilidades. A partir deste cenário a escola possui a função de formar cidadãos, proporcionar conhecimento e desenvolver habilidades.

É importante salientar que o Assistente Social não vem na intenção de tomar o lugar do docente, mas sim com o objetivo socioeducacional, no qual poderá fazer intervenções com a família, professores e educandos, por meio de intervenções individuais e projetos, de acordo com a demanda apresentada na instituição escolar. É necessário analisar cada realidade, porque na escola na qual foi feita o projeto de intervenção a demanda mais existente é a violência escolar e o fato de tornar banal a existência desta no âmbito escolar, sendo rotineiro e normal.

Portanto, o assistente social vem com a finalidade de proteger os direitos, que vão contra a violência escolar, realizando assim uma intervenção na qual os

usuários sejam protagonistas na transformação da sua realidade. Sendo assim, a profissão tem como característica ser interventiva, onde se analisa a realidade social que é o reflexo da questão social.

Ao profissional do Serviço Social destinam-se outras tarefas que se realizam como instrumentalizadoras das ações de outros profissionais, tornando-o diretamente comprometido com a proteção e vigilância dos direitos de cidadania, relativo ao seu objetivo de ação profissional. Ao profissional cabe mais que a mera execução de ordens, pois, ele se caracteriza como um intelectual, um técnico, que deve possuir um saber a ser consumido no seu processo de trabalho (GENTILLI, 1998, p.181).

A intervenção do assistente social em questões que compreende a política de educação, alunos e escola é crucial, porque é este profissional que chegará mais perto possível da realidade social das pessoas envolvidas, procurando entendê-la na sua integralidade. Utilizando-se de meios técnico-operativos da profissão, buscará solucionar as demandas que se encontram escondidas na questão apresentada, objetivando conhecer a realidade social de todos os envolvidos, bem como ela se manifesta, possuindo assim capacidade para realizar projetos e ações para combater as expressões da questão social.

As atribuições e competências dos assistentes sociais, sejam essas feitas no espaço sócio-ocupacional educacional ou em qualquer outro espaço, são norteadas e orientadas pelos direitos, princípios e deveres que constam no Código de Ética Profissional de 1993.

O diferencial do trabalho do profissional do Serviço Social no âmbito educacional se fundamenta na procura pela garantia de uma educação de qualidade, bem como a permanência dos alunos no meio escolar, trabalhando os conflitos manifestados, que atualmente são de responsabilidade dos docentes. Oportunizando assim que o trabalho do educador seja voltado somente para a parte pedagógica.

A lei 3418/21 autoriza a utilização de recursos do Fundeb para realizar o pagamento de salários a assistentes sociais e psicólogos que atuam nas instituições escolares, segundo prevê a Lei 13.935/19.

A partir da Lei n. 13.935/2019 o Serviço Social tem seu papel de garantir acesso aos direitos, às políticas públicas, justiça e cidadania. Desta forma, o trabalho do/a assistente social é considerado campo de constantes desafios para

esses profissionais no intuito de enfrentar conflitos e vulnerabilidades no campo educacional. A atualidade expõe o aumento da complexidade das expressões da questão social, o profissional de Serviço Social com suas demandas desafiadoras no seu cotidiano no espaço educacional.

Diante desta complexidade, percebe-se cada vez mais a necessidade de profissionais especializados que possuem um olhar apurado para as demandas existentes na área da educação, como o assistente social, o qual possui competência teórica metodológica para compreender o contexto das instituições de educação.

O contexto escolar no seu cotidiano é um ambiente multifacetado, de muitas inquietações e vulnerabilidades, quando se fala de acesso aos direitos sociais. Sendo a questão social, as expressões sociais decorrentes especificamente do advento do capitalismo e principais manifestações, como a pauperização, a exclusão social, as desigualdades são decorrentes das contradições inerentes ao sistema capitalista, logo as expressões ligadas à educação se configuram também inerentes à questão social.

A “questão social” sendo desigualdade é, também, rebeldia, pois os sujeitos sociais, ao vivenciarem as desigualdades, a elas também resistem e expressam seu inconformismo. É nesta tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, os quais não são possíveis abstrair- ou deles fugir- porque tecem a trama da vida em sociedade. (IAMAMOTO, 2004, p. 17).

Embora existam desafios, o assistente social no seu desempenho profissional, apresenta possibilidades que favorecem a familiaridade com as classes mais vulneráveis. E neste contexto tem a habilidade de promover ações partindo da concepção do acesso à educação como um direito social, fazendo com que os sujeitos caminhem em busca de novos projetos de vida em sociedade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o campo da Política Pública de Educação é e deve ser considerado um campo ocupacional do Assistente Social. Uma vez que o mesmo possui competências e atribuições que auxiliam na intervenção qualificada das questões sociais que se expressam no cotidiano educacional. E que o Assistente Social inserido na Política Educacional deve ter suas ações fundamentadas em nosso Código de Ética, na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Orgânica da Assistência Social.

As possibilidades de ações para o Assistente Social na escola é refletir em como acompanhar e encaminhar os alunos, como eles vive e enfrentam problemáticas. Tais como a evasão dos alunos, os vários modos de violência, a ausência dos pais ou responsáveis no acompanhamento dos filhos nos estudos, a falta de acessibilidade e das condições para o aluno ter acesso para a permanência na escola.

O assistente social no campo educacional pode ajudar na concretização de um espaço mais democrático de ensino, alcançando, além dos alunos, as famílias e a própria instituição. Essa profissão promove um cenário pautado em programas sociais e projetos, como também em orientações e acompanhamentos tanto em relação aos educandos quanto institucionais, procurando intervir diante das problemáticas sociais e a garantir os direitos que lhes são instituídos enquanto cidadãos. Para tanto, é de extrema importância à articulação com o projeto ético-político da profissão e, assim, com os princípios e compromisso com a emancipação dos sujeitos sociais.

É possível concluir então que o meio de inserção do Assistente Social no âmbito educacional não é algo inovador, no entanto ainda contém muitos desafios, como a sua inserção acontecendo de modo qualificado. Contudo não há dúvidas que a parceria instituída entre educação e Serviço Social poderá colaborar na luta contra a dominação, alienação e exploração do capital, possibilitando aos alunos uma perspectiva emancipadora.

Portanto esse tema contribui para os debates referentes à inserção do assistente social nas escolas, que são espaços nos quais se apresentam expressões da questão social.

## REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.

BARROCO, M. L. **Ética e Serviço Social: fundamentos Ontológicos**. São Paulo, Cortez: 2003.

BARROCO, Maria Lucia; TERRA, Sylvia Helena. **O código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BUENO, S. F. **Pedagogia sem sujeito: qualidade total e neoliberalismo na educação**. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Cidadania e Política**. In: LUIZ, D.E.C.(Org.). Sociedade Civil e Democracia. São Paulo: Veras Editora, 2010.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa** 3ª ed., J. E. Costa, Trad. São Paulo: Artmed. 2009.

ABESS/CEDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional**. *Serviço Social & Sociedade*, XVII (50):143-171. São Paulo, Cortez, 1996.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História**. São Paulo: Cortez, 2006.

BENATTO, Maristela Elisabete Cosmo. **A vulnerabilidade social da escola pública e a formação dos professores do 6º ano do ensino fundamental**. In: PARANÁ. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016

BEYER, H. O. **Quando se propõe uma educação inclusiva?** *Revista do Centro de Educação*. Edição: n.26, 2005. Disponível em: <http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2005/02/a7.htm>. Acesso em 05 de março de 2023.

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

-----, **Constituição Federativa da República Brasileira de 1988**. Senado Federal: Brasília, 2004.

-----, **Norma operacional básica**. Sistema único de assistência social – SUAS. BRASÍLIA: Julho de 2005

-----, **Emenda Constitucional n.º 59, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso 12 de março de 2023.

-----, **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em:

<[http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)>. Acesso em: 14 de março de 2023.

CARVALHO, Rosita. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**. Rio de Janeiro: Mediação, 2000.

CAVALCANTE, Rodolfo C. Colaboração entre pais e escola: educação abrangente. **Psicologia escolar e Educacional**, v. 2, n. 2, p. 153-159, 1998.

CFESS. **Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: 2001.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. 3 série. 2011. Disponível em: <http://cfess.org.br/subsídios-a-educacao>. Acesso em 15 de março de 2023.

CHECHIA, V. A; ANDRADE, A. dos Santos. **Representação dos pais sobre a escola e o desempenho escolar dos filhos**. [2002]. Disponível em: [http://stoa.usp.br/antandras/files/318/1470/represent\\_pais.pdf](http://stoa.usp.br/antandras/files/318/1470/represent_pais.pdf) . Acesso em 12 de março de 2023.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. SP: Cortez. 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GADOTTI, Moacir. **“Educação e ordem classista”**. In: FREIRE, Paulo. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Vanessa Lidiane. **O Serviço Social na Educação**. Jornal do Conselho Regional de Serviço Social – 10ª Região. CRESS Informa, nº 92, Out, 2010.

GUERRA, Y. **Instrumentalidade do processo de trabalho e o Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade. n.62. São Paulo: Cortez, 2000.

GUERRA, I. **O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo: trajetória e desafios**. Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social (2004, San José, Costa Rica) Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-001.pdf>. Acesso em: 13 de março de 2023.

----- **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil - esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2009.

----- **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, O. **Estado e planejamento social no Brasil: (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

INEP/MEC. **Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário vol. 2** / Editora-chefe: Marília Costa Morosoni. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço Social**. São Paulo: Veras, 1998.

KROEFF, Paulo. **A pessoa com deficiência e o sistema familiar**. In: Revista Brasileira de Terapia Familiar, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática**. 5.ed. São Paulo: Alternativa, 2005.

-----, José Carlos; OLIVEIRA, João F. de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

-----, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteirol. E. B. C. **O Serviço Social na área da Educação**. In: Revista Serviço Social & Realidade. V 8 N.º 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

-----, Educação e Serviço Social: **Elo para a construção da Cidadania**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2007.

-----, **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania**. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC/SP. São Paulo: PUC/SP, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MIOTO, R. C. **Estudos sócioeconômicos**. In: **Serviço Social; Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília 2009.

MOLL, J. **Conceitos e pressupostos: o que queremos dizer quando falamos de Educação Integral?** In: Secretaria de Educação a Distância. Salto para o Futuro – Educação Integral, Brasília: MEC, Agosto de 2008.

MONTENEGRO, J. A. S. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972.

OLIVEIRA, José IzeCIAS. **Vulnerabilidades e superação da desigualdade educacional no Brasil: Goiás em análise.** 2015. vi. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

PARANÁ, **Secretaria de Estado da Educação.** Sociologia/ vários autores. Curitiba: 2006.

PIANA, Maria C. **Serviço Social e educação: olhares que se entrecruzam.** Serviço Social & Realidade. Franca, v.18, n. 2, p.182-206, 2009.

RAMIREZ, D.C.; CRUZ, R.M. Conflito escolar: vulnerabilidade e desenvolvimento de habilidades sociais. Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID), n. 2, p. 79-95, 2009. Disponível em: <http://www.ujaen.es/revista/reid/revista/n2/REID2art5.pdf>. Acesso em: 13 de março de 2023.

RIOS, T. A. **Ética e Competência.** 15. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, André Michel dos. **Escola e Serviço Social: juntos no enfrentamento da questão social.** Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n.62,2000. 2008.

----- **A Escola como espaço de atuação para Assistente Social:** Trabalhando com grupos. Trabalho final de Graduação–TFG. Centro Universitário Franciscano, UNIFRA, 2005.

----- **As contribuições do Serviço Social para a realidade escolar do Brasil.** 2011. Disponível em: <http://meuartigo.brasile scola.com/educacao/ascontribuicoes-servicosocial-para-realidade-escolar-.htm>. Acesso em 20 de março de 2023.

SANTOS, Nelma Souza dos. **Serviço Social e Educação: Contribuições do Assistente Social na Escola.** 2000. Disponível em: [www.reitoria.uri.br/~vivencias/numero\\_015/artigos/pdf/artigo\\_10.pdf](http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/numero_015/artigos/pdf/artigo_10.pdf). Acesso em 20 de março de 2023.

SANTOS JUNIOR, Wilson Camerino. **Programas de transferência de renda e as políticas educacionais: o sistema presença e a gestão da pobreza na escola.** 1v. 271p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2012.

SAPIENZA, Graziela, PEDROMÔNICO, Márcia Regina Marcondes. **Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, mai./ago., 2005, p. 209-216. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a07.pdf>. Acesso em 13 de março de 2023.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.



----- . **História das Ideias Pedagógicas no Brasil** / Dermeval Saviani. – 3. Ed. ver. 1 reimpr. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SCANDELAI, Aline Linhares de oliveira; CARDOSO, Danielhe Negrão. **A importância da inserção do profissional assistente social em cada unidade escolar pública.** São Paulo: Uniesp, 2005. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1121/1072>. Acesso em 16 de março de 2023.

SCHNEIDER, G. M; HERNANDORENA, M<sup>a</sup>. do Carmo A. **Serviço social na educação: perspectivas e possibilidades.** Porto Alegre: CMC, 2012.

SILVA, Mayara Fagundes da Silva. **A perspectiva da atuação profissional do assistente social diante das demandas escolares existentes nas escolas públicas do Distrito Federal.** 2012. 26 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/1433/1/Mayara%20Fagundes%20da%20Silva>> Acesso em 13 de março de 2023.

SILVA, Luciana Batista da; GUIMARÃES, José Luiz. Conselho de Direitos e Conselho Tutelar: mecanismos de controle social e gestão de políticas públicas para crianças e adolescentes. In MATTIOLI, Olga Celiliato et al. (Org.). **A violência nos contextos familiar e social.** 2009.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social e Educação: uma questão em debate.** In: Revista interface, Natal, V2 N1; 1995.

----- . **Serviço Social e educação:** uma questão em debate. In: Interface- Natal/RN- v.2-n.1. 2005.

----- . **Serviço Social na educação:** saberes e competências necessárias no fazer profissional. 2008. 238f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, RN, 2008.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: Corde, 1994

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e serviço social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

YAZBEK, M. C. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológico do serviço social brasileiro na contemporaneidade.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina--servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social--direitos->

[sociais-e-competencias-profissionais-2009/at\\_download/file](#). Acesso em: 23 de março de 2023

VAN LEEUWEN, Teo. A representação dos actores sociais. In: PEDRO. Emília Ribeiro. (Org.). **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

VASCONCELOS, Maria Goreth da Silva. **Políticas Públicas e atendimento educacional: o papel da Casa Mãe Margarida junto a crianças e adolescentes em situação de acolhimento e vulnerabilidade social**. 2015. vi. 171 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Amazonas, 2015.